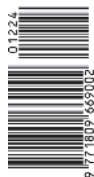
MINO CARTA O DESASTRADO DEBATE DOS PRESIDENCIÁVEIS CONFIRMA: NINGUÉM DÁ A MÍNIMA PARA OS REAIS INTERESSES DA MAIORIA DOS BRASILEIROS

DENÚNCIA EMPRESÁRIOS AMIGOS TIVERAM ACESSO PRIVILEGIADO AO EDITAL DE PRIVATIZAÇÃO DA CEASAMINAS. E O CONFLITO DE INTERESSES DE SALIM MATTAR

CartaCapital

ANO XXVIII Nº 1224 R$ 27,90
7 DE SETEMBRO DE 2022
01224
9 771809 669002

O SONHO DO GOLPE

LIBERDADE DE EXPRESSÃO? NÃO. OS RICAÇOS BOLSONARISTAS INVESTIGADOS PELA PF FORMAM O NÚCLEO FINANCEIRO DA ESCALADA AUTORITÁRIA

Somos todos Caixa Econômica Federal, instituição fundamental para a estabilização econômica e para a manutenção do nível do emprego e da renda, vinculados à expansão da demanda agregada do país. O que nos move é o sentimento do abraço que se entrelaça com outros braços para a partilha, o cuidado e o amparo da coisa pública, juntos e misturados com o povo brasileiro.

Classificamos a Caixa Econômica como instituição financeira pública símbolo da competência e sucesso do país. Defendê-la é um ponto de honra. Falamos de um banco com projetos sociais em todo o Brasil. Não imaginamos o nosso país sem um banco com a capilaridade da Caixa, imprescindível para a justiça social. Ser patriota é defender o que é nosso.

A campanha #SOMOSTODOSCAIXA possui a força de uma semente, com raízes, troncos, ramos, folhas, flores e frutos fincados no chão da cidadania do nosso país. A Caixa representa a alternativa que o Brasil deve abraçar para

#SOMOSTODOSCAIXA

a retomada de um desenvolvimento saudável e sustentável, com oferta de crédito e investimentos públicos em habitação, saneamento e infraestrutura.

A valorização de todas as empregadas e todos os empregados do banco poderá ajudar o Brasil a reinventar-se na perspectiva de mais democracia e mais participação popular.

Nosso movimento sonha e se mobiliza para fazer um país que nos traga de volta a alegria e o orgulho de ser brasileiro. Assim é a campanha #SOMOSTODOSCAIXA, cujo saldo registra a vontade do pessoal do banco em abraçar um Brasil mais público e mais social.

CartaCapital

7 DE SETEMBRO DE 2022 • ANO XXVIII • Nº 1224

A dissolução da URSS, obra involuntária de Gorbachev, foi uma "catástrofe geopolítica", avalia Putin. Pág. 52

Capa: Pilar Velloso. Fotos: iStockphoto

CARSTEN REHDER/DPA/AFP E ISTOCKPHOTO

CENTRAL DE ATENDIMENTO FALE CONOSCO: HTTP://ATENDIMENTO.CARTACAPITAL.COM.BR

CartaCapital

DIRETOR DE REDAÇÃO: Mino Carta
REDATOR-CHEFE: Sergio Lirio
EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins
CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Belluzzo
EDITORES: Ana Paula Sousa, Carlos Drummond, Mauricio Dias e William Salasar
REPÓRTER ESPECIAL: André Barrocal
REPÓRTERES: Fabíola Mendonça (Recife), Mariana Serafini e Maurício Thuswohl (Rio de Janeiro)
SECRETÁRIA DE REDAÇÃO: Mara Lúcia da Silva
DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso
CHEFES DE ARTE: Mariana Ochs (Projeto Original) e Regina Assis
DESIGN DIGITAL: Murillo Ferreira Pinto Novich
FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)
REVISOR: Hassan Ayoub
COLABORADORES: Afonsinho, Alberto Villas, Aldo Fornazieri, Antonio Delfim Netto, Boaventura de Sousa Santos, Cássio Starling Carlos, Celso Amorim, Ciro Gomes, Claudio Bernabucci (Roma), Djamila Ribeiro, Drauzio Varella, Emmanuele Baldini, Esther Solano, Flávio Dino, Gabriel Galípolo, Guilherme Boulos, Hélio de Almeida, Jaques Wagner, José Sócrates, Leneide Duarte-Plon, Lídice da Mata, Lucas Neves, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Manuela d'Ávila, Marcelo Freixo, Marcos Coimbra, Maria Flor, Marília Arraes, Murilo Matias, Ornilo Costa Jr., Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano, René Ruschel, Riad Younes, Rita von Hunty, Rogério Tuma, Sérgio Martins, Sidarta Ribeiro, Vilma Reis, Walfrido Warde
ILUSTRADORES: Eduardo Baptistão, Severo e Venes Caitano

CARTA ON-LINE
EDITORA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira
EDITORES: Alisson Matos e Brenno Tardelli
EDITOR-ASSISTENTE: Leonardo Miazzo
REPÓRTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação), Camila Silva, Getulio Xavier, Marina Verenicz e Victor Ohana
VÍDEO: Carlos Melo (Produtor)
VIDEOMAKER: Natalia de Moraes
ESTAGIÁRIOS: Beatriz Loss, Caio César e Sebastião Moura
REDES SOCIAIS: João Paulo Carvalho
SITE: www.cartacapital.com.br

basset editora
EDITORA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar. CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Manuela Carta
DIRETOR DE OPERAÇÕES: Demetrios Santos
GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sene
ANALISTA DE CIRCULAÇÃO: Ismaila Alves
COORDENAÇÃO DE MARKETING DIGITAL: Shirley Tavares
AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo
CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdiCase Gestão de Negócios
EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos, Fábio André da Silva Ortega, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:
RIO DE JANEIRO: Enio Santiago, (21) 2556-8898/2245-8660, enio@gestaodenegocios.com.br
BA/AL/PE/SE: Canal C Comunicação, (71) 3025-2670 – Carlos Chetto, (71) 9617-6800/ Luiz Freire, (71) 9617-6815, canalc@canalc.com.br
CE/PI/MA/RN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267, agholanda@Agholanda.com.br
MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoaureliomaia@gmail.com
OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Firbraz Serviços Contábeis Ltda. Av. Pedroso de Moraes, 2219 – Pinheiros – SP/SP – CEP 05419-001. www.firbraz.com.br, Telefone (11) 3463-6555

CARTACAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para falar em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinada por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.316, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP
DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPDL)
ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: http://Atendimento.CartaCapital.com.br
De segunda a sexta, das 9 às 18 horas – exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS

PENSADORA, NEGRA E POP

É representativo que Djamila Ribeiro estampe a capa de *CartaCapital* quando a Lei de Cotas completa dez anos. O marco legal foi o mínimo que se poderia fazer para iniciar o processo de justiça social após séculos de escravidão. É fácil a lei ser criticada por quem não sente na pele o preconceito e a opressão pelas barreiras raciais impostas. O ingresso de Djamila na Academia Paulista de Letras, que já abrigou a pioneira Ruth Guimarães, constitui um importante marco.
Adilson Roberto

Entrevista maravilhosa. Liberdade, respeito, empoderamento, literatura e espiritualidade, tudo misturado. Djamila Ribeiro cria luz.
Lucimar Cruz

Necessário valorizar as nossas raízes. Estamos no caminho para valorizar aqueles que deram suas vidas por nós, toda honra aos nossos ancestrais.
Orleide Volttarelli

BOLSONARO ONDE SEMPRE ESTEVE

Lula é um líder nato. Falem bem ou falem mal, o fato é que ele tem excelente oratória e raciocínio lógico. Não há nem como comparar a Bolsonaro.
Adga Monteschio

A DITADURA DO DINHEIRO

Na Alemanha nazista, empresários não hesitaram em financiar o *führer* na sanha de combater o comunismo. Agora, no Brasil, vemos esses figurões alinhados com Bolsonaro e dispostos a financiar o capitão contra a democracia e as instituições.
Paulo Sérgio Cordeiro

A VANGUARDA DO ATRASO

As políticas públicas de favorecimento aos grandes empresários representam o massacre do povo brasileiro.
Heleno Arruda

As pessoas ainda desdenham e não se importam com um assunto tão sério. É uma alienação sem paralelo, muitos se esquecem que também são trabalhadores.
Fayra Batista

O governo prometeu, em campanha, isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, mas não cumpriu. Empresas continuam sendo beneficiadas, enquanto Oaposentados ainda pagam impostos.
Eva Buscher

Mais que a vanguarda do atraso, esses empresários são maléficos à ordem social. Cidadãos sem qualquer valia, que somam aos seus patrimônios as benesses do Estado.
Lucimar Cruz

É PRECISO FALAR COM OS EVANGÉLICOS

Bolsonaro aposta na ignorância. Não investe em educação pois quer um povo manipulado por migalhas e fé. Estratégia utilizada há milênios.
Valter Jorge

OUTRA TRAGÉDIA ANUNCIADA

Quantos morreram sem a vacina contra a Covid-19? Chegou tarde. Infelizmente, a história parece repetir-se.
Elaine Machado

ERRATA

Na reportagem "A vanguarda do atraso", publicada na edição 1223, onde se lê "setor têxtil", leia-se "setor de confecções".

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
•Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail **redacao@cartacapital.com.br**

Mino Carta

O povo abandonado

A larga maioria, a seu destino de ignorância e miséria

O debate de domingo dia 28 de agosto entre os candidatos das próximas eleições presidenciais organizado pela Band teve o mérito de nos oferecer o retrato do Brasil de hoje. Ali estavam dois amigos de longa data, pelos quais tenho o mesmo afeto, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva e o também candidato Ciro Gomes. Verifiquei que não há entre eles a aparente inimizade apontada frequentemente pela própria mídia. De fato, notei o sorriso a iluminar o rosto de ambos quando ficou clara a intenção do ex-governador do Ceará e ex-ministro do primeiro governo Lula de apoiar no segundo turno o candidato petista, o que soa como prova de coerência.

Havia ali personagens necessariamente secundárias porque não eram protagonistas do evento. Os perguntadores, constatei, não sabem perguntar e na ribalta campeia um energúmeno demente eleito tempos atrás para a Presidência da República. O clima do cenário montado pela Bandeirantes levava a pressupor que o marciano surgido repentinamente na plateia acreditaria presenciar a manifestação de uma democracia solidamente implantada. Não é nada disso, muito pelo contrário. Não somos uma democracia por razões óbvias, a começar pelo monstruoso desequilíbrio social que nos aflige sem perspectivas de solução.

A pletora de candidatos era, aos olhos e ouvidos dos espectadores, profundamente inútil. Nem todos pronunciavam sandices, mas não tinham qualquer serventia para explicar o momento funesto que o País vive. E no entrecho o papel de protagonista cabia ao energúmeno demente Jair Bolsonaro, o qual não tem o menor receio de fazer da mentira seu modo de vida e de poder, com desfaçatez e empáfia a transcender qualquer imaginação por mais acesa.

O energúmeno demente...

Perguntei aos meus espantados botões por que aquela figura tão daninha havia sido eleita para a Presidência da República. Murmuraram sinistramente os botões: a democracia é o governo do povo, e o povo o elegeu. Retruquei: mas que povo é este? Certo é que ainda não se fez nação e há quem se contente com seus aplausos festeiros, suscitados pela ocasião extraordinária de viver alguns momentos cercando o candidato da sua preferência, e tampouco fica claro o porquê dela.

Por que o povo brasileiro elegeu a torpe personagem do ex-capitão? Porque nunca houve quem lhe abrisse os olhos e a consciência para a enorme desgraça a que a maioria foi obrigada a viver. Esta é, de fato, a questão, a desigualdade sem solução, entrave decisivo para o entendimento de quanto acontece, e que acontece porque é, como diria a velha amiga Hanna Arendt. Pregava a filósofa: se faltam homens dispostos a contar o que acontece, a verdade vai soçobrar como um barco furado e não haverá como recuperá-la.

O povo brasileiro continua a ser a vítima de tanto descaso e tamanha irresponsabilidade por parte de uma minoria abastada, cujo interesse volta-se única e exclusivamente para a sua aventura pessoal, e sem preocupação alguma com os destinos do País. Sen-

...multiplicou as vicissitudes da maioria resignada

ISTOCKPHOTO E MATEUS BONOMI/ANADOLU AGENCY/AFP

timentos sombrios visitam a alma do cidadão de boa-fé, pois o povo ludibriado não recebeu as devidas lições de resistência, sem falar de revolta, diante das vicissitudes impostas por uma sociedade medieval a manter de pé casa-grande e senzala. Faltaram os mestres, faltaram os líderes e, a partir destas ausências, o povo, em boa parte a trazer ainda nos lombos as marcas da chibata, foi incapaz de reação.

Vozes isoladas apontam o caminho da redenção, mas também estas eventuais aulas educativas não alcançam a maioria, curvada pelas calçadas debaixo do peso das mochilas, a carregar a marmita e mudas de roupa porque o dia é longo e o trabalho estafante, e sem a certeza de ter o que comer no dia seguinte. O povo, de fato, é a vítima, de acesso garantido só para a sua miséria. O contraste entre a situação do povo e as condições de um país tão rico como o Brasil, no mínimo justifica um enorme desconforto. Não ouvi referência alguma no tal debate a esta abnorme discrepância. Tal foi a convicção a me tomar neste cenário: o povo, abandonado ao seu triste destino, é quem de fato sofre com tamanho descalabro. •

A Semana

Polícia divina

O Ministério Público Federal decidiu apurar a distribuição, pela Polícia Rodoviária Federal, de uma cartilha com a recomendação de leitura da Bíblia. Ao instaurar um inquérito sobre o caso, o procurador Enrico Rodrigues de Freitas, da Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, entendeu haver indícios de afronta ao 19º artigo da Constituição, a prever que "é vedado à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público". O Estado laico, observa o procurador, assegura ao indivíduo a escolha de seguir a religião que bem entender – ou mesmo de não possuir crença alguma.

Pé de meia/ O cofrinho dos Bolsonaro

Metade do patrimônio imobiliário do clã foi comprada em dinheiro vivo

O clã Bolsonaro tem uma curiosa predileção por transações imobiliárias com dinheiro vivo. Praticamente metade do patrimônio em imóveis de Jair Bolsonaro e de seus familiares mais próximos foi adquirida nas últimas três décadas com uso de moeda em espécie, revela levantamento realizado pelo UOL. Desde o início dos anos 1990, o ex-capitão, seus irmãos e filhos negociaram 107 imóveis, dos quais ao menos 51 foram adquiridos total ou parcialmente dessa forma.

As compras registradas nos cartórios com pagamento "em moeda corrente nacional", expressão usada para designar repasses em dinheiro, totalizaram 13,5 milhões de reais. A soma equivale, em valores corrigidos pelo IPCA, a 25,6 milhões. Parte dessas transações figura no epicentro das investigações sobre o esquema das "rachadinhas" – eufemismo para o crime de peculato, no caso a apropriação ilegal de salários de servidores – conduzidas pelos Ministérios Públicos do Rio de Janeiro e do Distrito Federal.

"Qual é o problema de comprar com dinheiro um imóvel?", rebateu o presidente, visivelmente irritado, após participar de uma sabatina promovida pela União Nacional do Comércio e dos Serviços. De fato, como observou com fina ironia Camilo Vanucchi, colunista do UOL, "se economizar direitinho", todo mundo compra 51 imóveis por 26 milhões em grana viva. Os milicianos e criminosos de colarinho-branco estão aí para provar.

Eis a modesta casa de Flávio, o filho Zero Um

Espionagem/ AGENTE 86

PF REVELA AÇÃO FRUSTRADA DA ABIN PARA LIMPAR A BARRA DE ZERO QUATRO

Jair Renan ganhou de empresário um carro avaliado em 90 mil reais

A Polícia Federal acusa a Agência Brasileira de Inteligência de atrapalhar uma investigação envolvendo o empresário Jair Renan Bolsonaro, filho Zero Quatro do presidente. Segundo o jornal *O Globo*, um integrante da Abin foi flagrado, em março de 2021, em uma operação cujo objetivo seria prevenir "riscos à imagem" do presidente da República. Ele teria recebido a missão de levantar informações sobre o paradeiro de um carro elétrico avaliado em 90 mil reais doado a Jair Renan e ao *personal trainer* Allan Lucena por um empresário do Espírito Santo.

Na ocasião, Allan Lucena acionou a Polícia Militar para denunciar que um carro preto o perseguia há três dias. Ao abordar o condutor do veículo suspeito em frente à casa do *personal trainer*, o agente Luiz Felipe Barros Felix apresentou-se como policial federal e disse que estava aguardando uma garota de programa. Pouco depois, os investigadores descobriram que ele pertencia aos quadros da Abin. Jair Renan é suspeito de tráfico de influência em favor do empresário que doou o carro.

Angola/ Sem renovação

Há quase 50 anos no poder, o MPLA vence as eleições gerais na nação africana

A comissão eleitoral de Angola confirmou, na segunda-feira 29, a vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola, conhecido pela sigla MPLA, nas eleições gerais. Com isso, o atual presidente, João Lourenço, segue no cargo para um segundo mandato. O partido assumiu o controle do país após a independência da nação africana, em 1975.

O MPLA obteve 51,17% do total de votos. Seu adversário de longa data, a União Nacional para a Independência Total de Angola, Unita, arrebanhou 43,95% deles, o melhor resultado obtido desde o fim do domínio português. Menos da metade dos eleitores angolanos compareceu às urnas na acirrada eleição, realizada na quarta-feira 24.

Os jovens eleitores representavam a maior ameaça à permanência do MPLA no poder. Metade dos angolanos com menos de 25 anos está desempregada e, segundo analistas, essa faixa etária estava fortemente propensa a confiar os votos na Unita. Diante da ameaça, Lourenço reforçou, após o anúncio da vitória, a promessa de gerar mais empregos para eles.

Lourenço promete empregos aos jovens

Diplomacia zero

As bravatas de Jair Bolsonaro têm intensificado o isolamento do País. Na segunda-feira 29, o Chile convocou para consultas o embaixador do Brasil em Santiago, Paulo Roberto Soares Pacheco, em protesto por declarações do ex-capitão contra o presidente chileno, Gabriel Boric. Em debate no domingo 28, Bolsonaro acusou Boric de "queimar metrôs" em protestos. "Consideramos essas acusações gravíssimas. São absolutamente falsas e lamentamos que, em um contexto eleitoral, as relações bilaterais sejam aproveitadas e polarizadas por meio da desinformação e das notícias falsas", afirmou a ministra chilena das Relações Exteriores, Antonia Urrejola.

EUA/ EFEITO TRUMP

QUATRO EM CADA DEZ CIDADÃOS VEEM AMEAÇA DE UMA NOVA GUERRA CIVIL

A divisão da sociedade americana após a turbulenta passagem de Donald Trump no poder preocupa um número cada vez maior de cidadãos. Mais de 40% dos norte-americanos acreditam que uma nova guerra civil nos EUA é ao menos um pouco provável nos próximos dez anos, revela uma pesquisa realizada pela YouGov e pela revista *The Economist*. A crença é mais forte entre republicanos do que entre democratas.

De acordo com o levantamento, 43% dos entrevistados responderam que uma guerra civil é muito ou um pouco provável na próxima década, ao passo que 35% acham que o conflito é não muito ou nada provável. Outros 22% não tinham certeza. Entre os que se identificam como republicanos, a porcentagem dos que acreditam na possibilidade de um conflito armado sobe para 54%. Desses, 20% enxergam o cenário como muito provável.

A perspectiva para o futuro tampouco é positiva. Para 63%, essas divisões vão se acentuar nos próximos anos, enquanto 7% acham que vão diminuir. A pesquisa vem na esteira de um novo acirramento de ânimos entre democratas e republicanos, causado por uma operação do FBI contra Trump. O ex-presidente é acusado de se apropriar de documentos confidenciais da Casa Branca.

O ex-presidente causou uma fissura na sociedade americana

PRESIDÊNCIA DE ANGOLA, BRENT STIRTON/GETTY IMAGES/AFP E REDES SOCIAIS

Crime não é opinião

A INVESTIDA DE MORAES E DA PF CONTRA EMPRESÁRIOS BOLSONARISTAS CONSPIRADORES TENTA IMPEDIR A PRÁTICA DE DELITOS POTENCIAIS

por ANDRÉ BARROCAL

Luiz Fux, presidente do Supremo Tribunal Federal, não dormiu de 6 para 7 de setembro do ano passado. A Corte seria o alvo de manifestações de rua de Jair Bolsonaro e seus seguidores no Dia da Independência e fora surpreendida com a chegada de fanáticos apoiadores do capitão a Brasília na véspera. A tensão dominava o STF. Corria a informação de que radicais tentariam invadi-lo. Mais: um caminhão entraria no prédio para implodi-lo. A cidade estava cheia de caminhoneiros, categoria fortemente bolsonarizada. Alguns até festejariam, mais tarde, o triunfo de suas ilusões. "Estamos sabendo agora que o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, resolveu agir e, a partir de agora, o Brasil está em estado de sítio", dizia um, às lágrimas, como se vê no YouTube. "Conseguimos o estado de sítio. Vamos tirar os vagabundos de lá, conseguimos tirar os 11 (ministros do Supremo)", afirmava outro, eufórico.

A Procuradoria-Geral da República (quem diria...) havia farejado perigo e, três semanas antes do protesto, pedira ao Supremo para abrir um inquérito, até hoje sigiloso e em curso, o 4.879. Queria esmiuçar a preparação do ato. O ministro Alexandre de Moraes autorizou. Segundo ele, a PGR tinha apresentado indícios de que as manifestações eram "impulsionadas, largamente, por pessoas jurídicas". Um relatório posterior do delegado da Polícia Federal William Tito Schuman Marinho identificaria na manifestação a presença de 14 caminhões em nome de um empresário, Marlon Bonilha. Trata-se do dono de uma fábrica de peças e capacetes para motos, a Pro Tork, do Paraná. Em 26 de junho, menos de três meses antes do protesto, Bonilha estivera no gabinete presidencial com Bolsonaro. É próximo do catarinense Luciano Hang, das Lojas Havan, outro fã do capitão. Será que a PF achará alguma conversa comprometedora dos dois no celular de Hang?

OS ENVOLVIDOS PARECEM "ARQUITETAR UMA RUPTURA INSTITUCIONAL", AVALIA O DELEGADO FÁBIO ALVAREZ SHOR

O "véio da Havan" é um dos oito empresários que a polícia mirou em uma batida, realizada há duas semanas, que tinha um objetivo similar àquele das averiguações prévias ao 7 de Setembro do ano passado: impedir crimes apoiados e financiados por endinheirados bolsonaristas. Delitos que não se limitariam ao Dia da Independência de agora. Estarão no ar até a eleição. Diante de certas conversas dessa turma no WhatsApp, reveladas em 16 de agosto pelo jornal *Metrópoles*, o delegado da PF Fábio Alvarez Shor entendeu que o pessoal pa-

REDES SOCIAIS E TIAGO QUEIROZ/ESTADÃO CONTEÚDO

OS OITO CONSPIRADORES GOLPISTAS

AFRÂNIO BARREIRA FILHO
(Coco Bambu)

IVAN WROBEL
(W3 Engenharia)

JOSÉ ISAAC PERES
(Multiplan)

JOSÉ KOURY
(Barra World)

Jose Koury

> **Ernesto**
> Aqui e no exterior,Será encarado como ameaça de golpe. Alguma dúvida ?

Prefiro golpe do que a volta do PT. Um milhão de vezes. E com certeza ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil. Como fazem com várias ditaduras pelo mundo.

CRIMES POTENCIAIS

Organização Criminosa, artigo 288 do Código Penal. Pena: de 1 a 3 anos de prisão.

Financiar Organização Criminosa, artigo 2º da Lei 12.850. Pena: de 3 a 8 anos de prisão.

Jose Koury

Alguém aqui no grupo deu uma ótima ideia mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra todos os funcionários das nossas empresas. 10:2

Morongo

> **Jose Koury**
> Alguém aqui no grupo deu uma ótima ideia mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra to...

Acho que seria compra de votos ... complicado 10:29

LUCIANO HANG
(Havan)

LUIZ ANDRÉ TISSOT
(Sierra)

MARCO AURÉLIO RAYMUNDO
(Mormaii)

MEYER JOSEPH NIGRI
(Tecnisa)

rece "arquitetar uma ruptura" institucional e que era necessário adotar medidas de "dissuasão". Moraes, que deu sinal verde à batida, concordou, conforme se observa em sua decisão, tornada pública em 29 de agosto, dez dias após ter sido assinada. "Não há dúvidas de que as condutas dos investigados indicam possibilidade de atentados contra a Democracia e o Estado de Direito." Daí, prosseguiu, ser "imprescindível" agir.

Nas mensagens de WhatsApp no grupo "Empresários & Política", Moraes detectou um *modus operandi* similar ao identificado em dois inquéritos sob seus cuidados no Supremo, ambos em andamento. Um diz respeito às milícias digitais, de número 4.781, outro versa sobre uma quadrilha de carne e osso sabotadora da democracia, o 4.874. Hang, por exemplo, é alvo de um deles. O juiz aponta "grande capacidade socioeconômica do grupo investigado, a revelar o potencial de financiamento de atividades digitais ilícitas e incitação à prática de atos antidemocráticos". Eis por que era não só "imprescindível" tomar providências, mas fazê-lo com mão pesada. "O poder de alcance das manifestações ilícitas fica absolutamente potencializado considerada a condição financeira dos empresários", os quais "possuem vultosas quantias de dinheiro" e "comandam empresas de grande porte", anotou Moraes. Um cenário que "exige uma reação absolutamente proporcional do Estado".

Com aval do ministro, a PF interrogou, vasculhou endereços e apreendeu celulares de Hang, Afrânio Barreira Filho (Coco Bambu), Ivan Wrobel (W3 Engenharia), José Isaac Peres (Multiplan), José Koury (Barra World), Luiz André Tissot (Sierra), Marco Aurélio Raymundo "Morongo" (Mormaii) e Meyer Joseph Nigri (Tecnisa). Moraes também quebrou os sigilos bancário e comunicacional do octeto, bloqueou suas contas bancárias e tirou do ar seus perfis nas redes sociais. Quebrar o sigilo bancário e bloquear contas eram requisições não do delegado Shor, mas do senador Randolfe Rodrigues, um dos coordenadores da campanha de Lula.

A disposição dos empresários de não aceitar uma vitória do petista é o ponto de partida da canetada de Moraes. O governismo alardeia que o ministro inventou o "crime de opinião". O deputado Eduardo Bolsonaro, um dos filhos do capitão, tuitou que "está criado o crime de conversar no *zap*". Será? "Essas condutas, de elevado grau de periculosidade, se revelam não apenas como meros 'crimes de opinião'", diz a decisão de Moraes. "Os investigados, no contexto da organização criminosa sob análise, funcionam como líderes, incitando a prática de diversos crimes e influenciando diversas outras pessoas, ainda que não integrantes da organização, a praticarem delitos." Nos inquéritos sobre as milícias digitais e sobre

CRIME POTENCIAL

Golpe de Estado, artigo 359-M do Código Penal: "Tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído". Pena: de 4 a 12 anos de prisão.

Jose Koury
> **Ernesto**
> Aqui e no exterior,Será encarado como ameaça de golpe. Alguma dúvida ?

Prefiro golpe do que a volta do PT. Um milhão de vezes. E com certeza ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil. Como fazem com várias ditaduras pelo mundo.

Andre Tissot
O golpe teria que ter acontecido nos primeiros dias de governo, 2019 teríamos ganhado outros 10 anos a mais 19:47

Moraes preferiu agir com firmeza contra o abuso do poder econômico

CARLOS MOURA/STF

CRIME POTENCIAL

Abolição Violenta do Estado Democrático de Direito, artigo 359-L do Código Penal: "Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais". Pena: de 4 a 8 anos de prisão.

Ivan Wrobel
José Isaac Peres
Lula só ganha se houver fraude grossa !
Quero ver se o STE tem coragem de fraudar as eleições após um desfile militar na Av. Atlântica com as tropas aplaudidas pelo público.
17:23

Morongo
O 7 de setembro está sendo programado para unir o povo e o exercito e ao mesmo tempo deixar claro de que lado o exercito está. Estrategia top e o palco será o Rio A cidade ícone brasileira no exterior. Vai deixar muito claro
17:23

a quadrilha de carne e osso, as apurações identificaram até o momento a existência de empresários por trás. É a turma do "núcleo financeiro".

"O 7 de Setembro está sendo programado para unir o povo e o Exército e ao mesmo tempo deixar claro de que lado o Exército está. Estratégia *top* e o palco será o Rio. A cidade ícone brasileira no exterior. Vai deixar muito claro", escreveu Raymundo "Morongo", às 17h23 de 31 de julho. Wrobel respondeu na hora: "Exatamente isso!" e "Quero ver se o STE (*sic*) tem coragem de fraudar as eleições após um desfile militar na Av. Atlântica com as tropas aplaudidas pelo público". Às 17h55, Koury foi explícito: "Prefiro golpe do que a volta do PT. Um milhão de vezes. E com certeza ninguém vai deixar de fazer negócios com o Brasil. Como fazem com várias ditaduras pelo mundo". "Golpe foi soltar o presidiário", anotou "Morongo" no minuto seguinte. Às 17h58, Barreira Filho anuiu com a visão de Koury. Duas horas depois, Tissot dizia que "o golpe teria que ter acontecido nos primeiros dias de governo. (Em) 2019 teríamos ganhado outros 10 anos a mais".

O diálogo tem indícios de cinco crimes potenciais, todos citados no despacho de Moraes. "Tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais" é descrito no artigo 359-L do Código Penal. Dá de 4 a 8 anos de cadeia. Foi inserido no Código no ano passado, por meio de uma lei, a 14.197, de autoria do deputado Paulo Teixeira, do PT, que substituiu a velha Lei de Segurança Nacional, uma herança da ditadura. A mesma legislação nova adicionou ao Código o artigo 359-M, que prevê prisão de 4 a 12 anos para quem "tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído". Ao pregar golpe, a turma empresarial também incita ao crime, e incitação é definida no artigo 286 do Código, com castigo de 3 a 6 meses de cana. Como os empresários parecem agir em bando, tem-se a suspeita do crime de organização criminosa, descrito no artigo 288 do código (pena: de 1 a 3 anos). E por aparentemente toparem tirar dinheiro do bolso para concretizar os intentos, haveria o ilícito de "promover, constituir, financiar ou integrar, pessoalmente ou por interposta pessoa, organização criminosa", delineado no artigo 2º da Lei 12.850, a das quadrilhas. A punição aqui é detenção de 3 a 8 anos.

O que significam as conversas dos empresários? São só sentimentos íntimos confessados de forma reservada com quem pensa igual? Ou há planos concretos de ação? É o que o delegado Shor quer esclarecer, a partir da análise dos celulares e dos sigilos comunicacional e bancário do octeto. "Como é sabido, mensagens de apoio a atos violentos, ruptura do Estado Democrático de Direito, ataques ou ameaças contra pessoas politi-

CRIME POTENCIAL

Compra de votos, artigo 299 do Código Eleitoral. Pena: até 4 anos de prisão.

Jose Koury
Alguém aqui no grupo deu uma ótima ideia mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra todos os funcionários das nossas empresas.
10:

Morongo
Jose Koury
Alguém aqui no grupo deu uma ótima ideia mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra to...
Acho que seria compra de votos ... complicado
10:29

camente expostas têm um grande potencial de propagação entre os apoiadores mais radicais da ideologia dita conservadora, principalmente considerando o ingrediente do poder econômico e político que envolvem as pessoas integrantes do grupo", destacou ele, ao pedir providências ao Supremo.

Exagero? Numa mensagem de 17 de maio, "Morongo" escreveu: "Se for vencedor o lado que defendemos, o sangue das vítimas se tornam (*sic*) sangue de heróis". Recorde-se que "radicais da ideologia dita conservadora" fizeram correr sangue nos Estados Unidos, em razão da derrota de Donald Trump e da diplomação de Joe Biden. Cinco morreram na invasão do Congresso norte-americano, o Capitólio, em 6 de janeiro de 2021. Na antevéspera, Eduardo Bolsonaro tinha estado na Casa Branca, a convite da filha de Trump. A insurreição tem sido dissecada por um comitê parlamentar, disposto a examinar as conexões internacionais da extrema-direita trumpista, inclusive com o Brasil. No mês passado, a Justiça dos EUA fixou a pena do primeiro condenado pela rebelião. Guy Reffitt pegou 7 anos de prisão. Portava uma arma e ameaçou uma deputada durante a insurreição.

Bolsonaro e aliados falam em liberdade de expressão. Hang, de camisa verde, desponta em outras investigações sobre o financiamento da desinformação e de atos que flertam com o golpismo

Aqui, o Tribunal Superior Eleitoral acaba de proibir que eleitores armados fiquem a menos de 100 metros dos locais de votação tanto no dia da eleição quanto nas 48 horas anteriores e nas 24 horas seguintes. A medida foi aprovada por unanimidade pelo plenário, a partir de uma consulta formulada pelo deputado Alencar Santana, do PT, líder da oposição na Câmara. O petista tinha dúvidas sobre a postura de Bolsonaro no 7 de Setembro de agora, marco dos 200 anos de Independência brasileira. Para ele, se o presidente amansar, frustrará apoiadores extremistas. Se radicalizar, afugentará eleitores moderados. Se dependesse do dito "Centrão", o capitão não participaria de nada. Foi o que disse em conversas reservadas o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira. Bolsonaro deverá ir ao desfile militar oficial em Brasília pela manhã e a uma exibição das Forças Armadas à tarde em Copacabana, no Rio. Na capital federal, há *outdoors* com o dizer "É agora ou nunca", a respeito do 7 de Setembro.

Santana e a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, pediram ao Supremo a prisão em flagrante ou preventiva de quatro empresários, após a revelação das mensagens golpistas: Hang, Barrreira Filho, Wrobel e "Morongo". E, também, a de um juiz do Trabalho (sim, pasmem, havia um no grupo), Marlos Melek. O magistrado tem suas digitais na reforma trabalhista aprovada há cinco anos no governo Temer, na mira de uma revisão, caso Lula seja eleito. "Alguém aqui no grupo deu

uma ótima ideia, mas temos que ver se não é proibido. Dar um bônus em dinheiro ou um prêmio legal pra todos os funcionários das nossas empresas", escreveu Koury, em 31 de maio, aos colegas de WhatsApp. "Acho que seria compra de votos… complicado", respondeu "Morongo". Dois meses depois, Koury contaria aos interlocutores que havia encomendado "milhares de bandeirinhas para distribuir para os lojistas e clientes do Barra World Shopping a partir de setembro".

São mensagens didáticas sobre o lema "siga o dinheiro" adotado por Moraes no encalço dos empresários. Foram as primeiras pistas em sua decisão a respeito da "possibilidade de atentados contra a Democracia e o Estado de Direito". Segundo o delegado Shor, elas demonstram "a nítida intenção de ação de cooptação de pessoas em razão do poder econômico do mencionado grupo, bem como utilizando da posição hierárquica junto a funcionários para angariar votos ao candidato apoiado pelos empresários". Compra de votos é abuso de poder econômico, pelo artigo 299 do Código Eleitoral. O adquirente pode pegar até 4 anos de prisão. Se quem pagou foi o próprio candidato, este pode ser cassado e ficar inelegível por oito anos. Se foi um terceiro (um empresário, por exemplo), ainda assim o candidato pode sofrer cassação, segundo o ex-juiz Márlon Reis, especialista em legislação eleitoral e candidato a deputado pelo PSB de Tocantins. Reis lembra que o TSE já cassou mandato por compra terceirizada de votos, em 2009: o então senador Expedito Júnior, de Rondônia.

Reis é o advogado de uma ação judicial movida recentemente contra o ex-piloto de Fórmula 1 Nelson Piquet, que chamou de "neguinho" o britânico Lewis Hamilton. A ação pede uma indenização por racismo contra Piquet de 10 milhões de reais, quantia que seria revertida para o movimento negro. Em 24 de agosto, o ex-piloto doou 501 mil reais à campanha de Bolsonaro. Significa que ele teve ao menos 5 milhões de renda no ano passado, diz Reis, o que justifica o valor da indenização. A doação de empresas a campanhas políticas está proibida desde 2016, mas os empresários, como pessoas físicas, podem fazê-las. Diante da investida da PF e de Moraes contra os conspiradores, o comitê de Bolsonaro teme que a torneira seque. "Conheço empresários com medo de se posicionarem nessas eleições", tuitou o senador Flávio, um dos filhos do capitão.

HANG É APONTADO NOS INQUÉRITOS COMO UM ASSÍDUO FINANCIADOR DO BOLSONARISMO

O fator dinheiro tende a ter um peso maior para a campanha de Bolsonaro neste ano do que em 2018. Até a conclusão desta reportagem, na quinta-feira 1º, o presidente havia declarado à Justiça Eleitoral ter recebido 12,4 milhões de reais em doações, das quais 10 milhões saíram do fundo eleitoral do partido dele, o PL. A legenda tem 290 milhões do fundo, menos do que o PT (500 milhões). Ao fim da última campanha, Bolsonaro tinha informado ter obtido apenas 4,3 milhões em donativos. Mas houve ajuda por fora. Na CPI das *Fake News*, o empreiteiro Meyer Nigri foi citado em depoimento do deputado Alexandre Frota como alguém que teria pago para disseminar no Facebook conteúdo a favor do capitão. Hang foi multado pela Justiça Eleitoral em 10 mil reais, por ter patrocinado a mesma prática. Os dois foram mencionados por Bolsonaro como gente de suas relações, logo após a batida policial contra o octeto conspirador.

Randolfe Rodrigues pediu a quebra de sigilo bancário dos envolvidos. E foi atendido

O "véio da Havan" é um dos que mais chamam atenção nas investigações da PF nos inquéritos das milícias digitais e da quadrilha de carne e osso. Dono de bilhões, ele desponta como um mecenas do bolsonarismo. Na apuração sobre as milícias digitais, foi mencionado como alguém que levou dinheiro para os EUA em um avião para dar a Olavo de Carvalho, o falecido "guru" do clã presidencial. Quem contou a história à PF, em julho de 2020, foi o deputado gaúcho Nereu Crispim, do PSD. O parlamentar diz tê-la ouvida de Camile Pacheco, advogada da filha de Carvalho. O que ajuda a entender, segundo Crispim, por que Hang apareceu nas redes sociais disposto a ajudar o "guru", quando este pediu publicamente doações para pagar uma condenação judicial.

A informação sobre o depoimento de Crispim consta de um documento de 121 páginas elaborado por um juiz auxiliar de Moraes no Supremo, Airton Vieira. A papelada faz uma espécie de resumo de quatro inquéritos conduzidos pelo ministro, dois dos quais sob sigilo. E deixa claro que muitos fatos se entrelaçam, inclusive a conspiração dos oito empresários anti-Lula.

Crimes de opinião? Só na "opinião" de Jair e cia. •

A batalha nas redes

HÁ UMA PERDA DE VIGOR DA MÁQUINA BOLSONARISTA E UM AUMENTO DA PRESENÇA DE LULA NO AMBIENTE DIGITAL

por ELIARA SANTANA E LEONARDO AVRITZER*

Entre os muitos fenômenos atípicos das eleições de 2022, um tem sido pouco analisado até o momento, no que diz respeito à campanha do presidente Jair Bolsonaro: a sua dificuldade em manter, neste momento, uma vantagem significativa, nas redes sociais, em relação à campanha do ex-presidente Lula. Em 2018, a campanha de Bolsonaro surpreendeu por dois motivos principais: primeiro, por romper completamente uma dinâmica que estava em vigor no Brasil desde meados do século XX, já com o advento da televisão, que tinha como base o tempo livre na tevê aberta. Segundo, por estabelecer vantagens significativas nas redes sociais em relação às outras candidaturas. A maior parte dos analistas considerou que esse desempenho se manteria ao longo na campanha de 2022.

Não é isso, porém, o que temos observado no desenrolar desta eleição. Vamos considerar os dados coletados em monitoramento das redes sociais (Twitter, Facebook e Instagram) nas últimas duas semanas de agosto, feito pelo Observatório das Eleições e o Manchetômetro. Em um período de um mês, agosto, o ex-presidente Lula ganhou quase 72 mil seguidores no Facebook. No Instagram, o ganho foi de 738.978. Portanto, Lula cresce mais nas redes e demonstra força competitiva em relação a Bolsonaro – o petista cresce mais tanto em quantidade total quanto em porcentual.

AS AÇÕES DE ALEXANDRE DE MORAES CONTRA AS *FAKE NEWS* E O ENGAJAMENTO DE ATORES E INFLUENCIADORES A FAVOR DO EX-PRESIDENTE ESTÃO NA BASE DA MUDANÇA EM RELAÇÃO A 2018

Ainda que o engajamento da campanha de Bolsonaro ou de suas redes e de seus filhos seja significativamente superior àquele das redes de Lula, quando verificamos o engajamento total na plataforma, podemos constatar uma melhora significativa no desempenho da campanha do ex-presidente – e uma piora no desempenho das redes de Bolsonaro.

O mesmo se observa em algumas situações de interação no Facebook. A que devemos essa mudança no perfil de engajamento da campanha bolsonarista? Neste artigo, trabalhamos com duas hipóteses.

A primeira é o efeito que as ações do ministro do STF e presidente do TSE, Alexandre de Moraes, têm tido em relação às redes de desinformação bolsonaristas. Essas redes se constituíram como formas de ampliação das agendas de Bolsonaro, seja em suas *lives* semanais, seja em postagens nas redes sociais. A outra hipótese com a qual trabalhamos é a de uma enorme ampliação do engajamento nas redes do ex-presidente, feita fundamentalmente pelo avanço em perfis nas redes sociais de atores distintos, especialmente artistas e influenciadores.

A Justiça está menos complacente com a desinformação. Anitta e Janones movimentam as redes em favor de Lula

REDES SOCIAIS, PABLO VALADARES/AG. CÂMARA E GERVÁSIO BAPTISTA/STF

Desde 2018, o Brasil observou estruturar-se um verdadeiro ecossistema de desinformação, caracterizado por uma bem montada estrutura, com diversas ramificações, vários atores envolvidos, um esquema profissional de produção e disseminação de conteúdo falso e falseado, aporte do Poder Público e forte financiamento para manter a estrutura em funcionamento. Esse ecossistema foi e continua a ser responsável por uma verdadeira avalanche de *fake news* que confunde a população e impacta as instituições. Nesse ecossistema, a atuação das milícias digitais garantia o sucesso das agendas bolsonaristas e também a consolidação dos ataques às instituições, como o STF e o TSE.

Em julho de 2021, Moraes abriu o inquérito das milícias digitais antidemocráticas, com investigações centradas nos núcleos de produção, publicação e financiamento de *fake news*. À época, o ministro ressaltou que as investigações "apontaram fortes indícios da existência de uma organização criminosa voltada a promover diversas condutas para desestabilizar e, por que não, destruir os Poderes Legislativo e Judiciário a partir de uma insana lógica de prevalência absoluta de um único poder nas decisões do Estado".

Naquele mês, levantamento da Polícia Federal no inquérito dos atos antidemocráticos mostrou que o YouTube pagou quase 7 milhões de reais, entre 2018 e 2020, a 12 canais de apoio a Bolsonaro, canais esses que eram suspeitos de envolvimento nos protestos contra o Supremo Tribunal Federal e o Congresso em 2021. É um valor bastante considerável, tendo sido apurado apenas para uma plataforma.

Em agosto deste ano, o ministro autorizou a PF a fazer busca e apreensão contra sete empresários que, num grupo de rede social, defendiam um golpe de Estado, caso Lula vença as eleições. Essas ações do ministro têm grande impacto, portanto, em um dos braços desse ecossistema, qual seja, o financiamento do esquema de produção e disseminação de *fake news*, pois, nessa estrutura de desinformação que se consolida com o bolsonarismo, a produção profissional de *fake news* e a disseminação eficaz do conteúdo sempre demandaram grande aporte financeiro.

A segunda hipótese que levantamos para o arrefecimento do engajamento das redes bolsonaristas refere-se ao papel de atores específicos, como artistas e influenciadores. Além dos artistas badalados que têm declarado apoio a Lula, como a cantora Anitta, que recentemente recebeu o VMA de melhor música latina, um ator importante que queremos destacar é o deputado André Janones, recentemente incorporado à campanha lulista.

Para termos um pouco mais clara a dimensão desse ator, vamos trazer alguns dados de coletas feitas pelo Observatório das Eleições na plataforma Facebook. Na primeira quinzena de agosto, as publicações de Janones tiveram 11 milhões de visualizações. Em comparação, Lula teve 5 milhões, o que mostra que o deputado tem mais expressão que o ex-presidente nas redes em termos da capacidade de alcance de internautas. Em interações, a dupla Janones + Lula somou 5,6 milhões e se aproxima do resultado de Bolsonaro (com 7,8 milhões). Portanto, a partir desses levantamentos, podemos afirmar que, se Bolsonaro apostar nas redes sociais para reverter a vantagem de, aproximadamente, 12 pontos porcentuais dos votos que Lula mantém em relação a ele, dificilmente terá novamente, no ambiente digital, um local para desequilibrar a produção de informação e de notícias, tal como fez em 2018. •

**Eliara Santana é jornalista, doutora e mestre em Linguística e Língua Portuguesa. É pesquisadora do Observatório das Eleições (INCT IDDC) e pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL/Unicamp). Leonardo Avritzer é cientista político, coordenador do INCT IDDC e do Observatório das Eleições. É professor na UFMG.*

Este artigo foi elaborado no âmbito do projeto Observatório das Eleições 2022, uma iniciativa do Instituto da Democracia e Democratização da Comunicação. Sediado na UFMG, conta com a participação de grupos de pesquisa de várias universidades brasileiras. Para mais informações, ver: www.observatoriodaseleicoes.com.br

Cabresto maquiado

ELEIÇÕES ONG se mobiliza para combater a compra de votos no Semiárido nordestino

POR FABÍOLA MENDONÇA

No fim de agosto, um candidato a deputado federal esteve no assentamento Vale Tapicuru, no interior da Bahia, com a relação de todos os assentados. Aliado do presidente Jair Bolsonaro, prometeu regularizar a posse das terras em troca de votos. Os títulos foram entregues antes das eleições de outubro, como manifestação de "boa-fé". Dias antes, durante uma reunião em um sindicato rural baiano, um representante do governo federal comprometeu-se com um líder comunitário a fornecer carros-pipa para a comunidade semanas antes da votação. Em outro episódio no Semiárido nordestino, a moeda de troca foi a instalação de cisternas de plástico.

As práticas clientelistas repetem-se a cada eleição. Coordenador da Fundação de Apoio aos Agricultores Familiares do Semiárido da Bahia e morador do município de Conceição do Coité, no interior do estado, Urbano Carvalho acumula numerosos exemplos de exploração da miséria do eleitorado. "Os políticos se aproveitam da fragilidade da pessoa. Chegam na casa do eleitor e veem que não tem reboco, está faltando um banheiro, ou, se está na seca, falta água. Escolhem sempre a maior necessidade. A compra do voto se dá abertamente, como um balcão de negócios", afirma Carvalho. Mesmo quem recusa a benesse, acrescenta, prefere não denunciar o crime eleitoral, por medo represálias. O difícil acesso a direitos básicos, como saúde, moradia e alimentação, também tem motivado o comércio em torno do voto, seja na troca por uma consulta ou exame médico, um saco de cimento ou, mais recentemente, com o aumento da fome, por comida.

"Algumas associações de trabalhadores rurais estão sendo cooptadas por candidatos, principalmente aqueles que disputam uma vaga na Câmara dos Deputados", destaca Carvalho, salientando que o perfil dos assediadores é o de quem tem maior poder econômico, in-

Na região castigada pela seca e pela desigualdade, 1,3% das propriedades rurais detêm 38% das terras agricultáveis

TAMBÉM NESTA SEÇÃO

pág. 24
Cartas marcadas. Novas irregularidades no processo de privatização da CeasaMinas

Moeda de troca. No período eleitoral, é comum ver políticos abastecendo comunidades com carros-pipa

RODRIGO MARTINS

dependentemente do partido político, e que a prática vem sendo naturalizada pelos próprios eleitores, acostumados a trocar o voto por aquele que "oferecer mais". Não é de hoje que a seca é explorada politicamente. O período de estiagem, inclusive, coincide com a campanha eleitoral. Conceição Borges, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Feira de Santana, lembra que a seca começa a castigar em setembro, no auge da campanha eleitoral, quando se inicia também a troca de votos por água. "O carro-pipa só chega na comunidade onde a liderança é ligada a determinado político. A fome chegou com toda a força e a gente já observa as trocas. Tem candidato oferecendo diária de 30 a 50 reais para a pessoa trabalhar, e toda a família fica grata e vota nele, como se ele tivesse feito um grande favor. A gente nem pode questionar, porque elas realmente estão passando necessidade."

As pessoas que vivem no Semiárido brasileiro e "vendem" o voto são vítimas da desigualdade social. A região tem como característica uma grande concentração de terra e de água que, historicamente, estão nas mãos de uma pequena elite. De acordo com a Articulação do Semiárido, conhecida pela sigla ASA, esta situação é responsável por um alto nível de miséria e exclusão social e de degradação ambiental, o que contribui sobremaneira para a crise socioambiental e econômica vivida na região. É no Semiárido onde está pelo menos 28,82% de toda a agricultura familiar brasileira, ocupando 4,2% das terras agricultáveis, enquanto 1,3% das propriedades rurais com mais de 1 mil hectares detêm 38% des-

sas terras. Em Feira de Santana a seca já começa a castigar a população, colocando as pessoas ainda mais sujeitas ao assédio dos candidatos. Lá, a perda da safra de feijão e milho chega a 50%. “A gente investe na plantação e não tem retorno, enquanto quem tem recurso sai por aí comprando voto. Chega na zona rural e está lá a promessa de construção de cisterna, de extensão de rede de energia, todo tipo de oferta que só acontece em período eleitoral”, diz Conceição Borges.

A líder sindical também destaca que o sofrimento das pessoas se sobrepõe à venda do voto. “Para essas pessoas, a conjuntura em que vivemos não tem relação com o voto, é algo que não tem importância. Votar branco, nulo ou trocar o voto por qualquer coisa, neste momento, é o que importa”, opina. Naidison Baptista, da coordenação da ASA, coloca em relevo a fidelidade característica da população brasileira, em especial da mais pobre. Ele diz que, ao se comprometer com determinado candidato, o eleitor não o trai nas urnas. “A população tem uma perspectiva ética de ser fiel mesmo naquilo que a mata. É uma ética mortal, venenosa, mas é da índole das pessoas. Muita gente diz ‘eu não tenho nada, só tenho o voto, e se preciso de uma lata de água dou meu voto’. Já ouvi também alguns dizerem que hoje é livre, que vota em quem quiser porque tem água. Ou seja, a água é um instrumento que acorrenta as pessoas”, diz Baptista, acrescentando que o Auxílio Brasil também se converteu, em muitas regiões, em moeda de troca.

“O Auxílio é um elemento central na eleição deste ano. O Poder Público, em vez de beneficiar as pessoas, coloca-se para acorrentá-las. É o aprofundamento da exploração das pessoas. E isso só acontece porque a sociedade ainda não oferece as condições para as pessoas viverem decentemente.” Ex-ministra de Desenvolvimento Social e Comba-

Chantagem. Os candidatos se aproveitam da maior necessidade das famílias, por isso é tão comum a troca de votos por cisternas ou carregamentos de água no Semiárido

te à Fome do governo Lula, a economista Tereza Campello corrobora a opinião de Naidison Baptista e diz que o caminho para romper com o clientelismo é tratar as políticas públicas como direito. "Para isso, precisa ter o critério, porque a política pública isenta o gestor da escolha. Deve também ser continuada e não uma política às vésperas das eleições, que a pessoa escolha dar ou não dar, deixando de ser direito e passando a ser um favor."

Campello critica o governo Bolsonaro de aumentar o Auxílio Brasil de maneira provisória, até dezembro, com o claro intuito de se reeleger presidente, sem considerar se tratar de um direito. "Os ministros tiveram a cara de pau de, no dia do aumento do Bolsa Família, ir para a porta da Caixa Econômica cumprimentar as pessoas que estavam indo fazer o saque, dizer que tinha sido feito pelo governo Bolsonaro", observa. "É um escândalo, rompe completamente com os critérios da administração pública, da impessoalidade, da boa prática pública."

O geólogo João Suassuna, pesquisador da Fundaj, estuda a situação hídrica do Nordeste há mais de 40 anos, com recorte no Semiárido. Ele já presenciou muitos episódios de clientelismo e exploração da seca na região com vistas a dividendos políticos e faz duras críticas ao uso eleitoral da transposição do São Francisco, segundo ele, um engodo, porque o rio não passa segurança hídrica para atender à demanda prometida. "A gente já está deficitário, operando no vermelho. Essas propostas dos candidatos sobre a transposição são apenas em busca de voto, sem se olhar primeiro a fonte onde vai pegar essa água. Não há segurança hídrica para isso. É preciso ter responsabilidade", alerta Suassuna. Ele cita a implantação de cisternas para acumular água da chuva e abastecer a população em períodos de estiagem como alternativa, lembrando que os governos Lula e Dilma instalaram 1 milhão de cisternas

> "O orçamento secreto é o velho coronelismo, agora com milhões. Não é mais a doação de uma cesta, é o repasse de verbas sem critério algum", diz Campello

no Semiárido brasileiro, programa que foi coordenado pela ASA. O problema é que muitas vezes a seca se prolonga e as chuvas não são suficientes para garantir água aos moradores.

"Nem sempre existem chuvas regulares para abastecimento dessas cisternas. Aí o político monta um esquema de carros-pipa para distribuir água. A água não pode ser tratada dessa forma, como moeda de troca", conclui Suassuna, salientando que o governo Bolsonaro não

Campello. "Sem assegurar direitos, o povo fica à mercê de favores dos políticos"

deu sequência ao programa exitoso das cisternas no Semiárido, deixando mais de 40 mil famílias sem o reservatório nas suas casas e à mercê da seca. "A compra de voto é um instrumento histórico usado pelas oligarquias para manutenção do poder, a partir da necessidade concreta da população. Já que os candidatos não têm projeto, apresentam uma proposta mais imediata, de assédio, para atenuar a situação de miséria naquele momento", denuncia Baptista.

Contra o voto de cabresto, a ASA lançou a campanha Não Troque Seu Voto. Em sua sexta edição, a ação orienta os moradores do Semiárido a votarem em candidatos a partir das propostas que considerem meios que garantam a cidadania das famílias agricultoras da região e apontem alternativas aos principais problemas vividos por elas, como a escassez hídrica, a fome, a insegurança alimentar e a violência contra a mulher rural. O voto feminino tem enfoque especial na campanha. Foram produzidos *spots* de rádio e vídeos orientando as agricultoras a votarem em mulheres. "A ASA sempre defendeu eleições limpas e que a gente escolha candidatos que tenham na sua plataforma a fidelidade com a convivência com o Semiárido. Se ele usa a seca e a concentração para se eleger, não merece o nosso voto. Passaram-se quatro anos sem fazer nada e agora eles vêm com emendas do orçamento secreto oferecer telha de polietileno. Não troquem seu voto por isso, nem por uma vaga na escola, porque a vaga é sua. Estamos enfatizando junto aos eleitores a perspectiva do direito", explica Baptista.

Também faz parte da campanha Não Troque Seu Voto a carta *Por Um Semiárido Vivo*, documento que está sendo entregue aos candidatos. A carta defende um projeto específico para a região, com propostas viáveis para a convivência com o Semiárido e que trazem dignidade pa-

ISADORA PAMPLONA, XIRUMBA/ASA E RICARDO ARAÚJO/ASA

Necessidade. O sofrimento das pessoas se sobrepõe à venda dos votos, lamenta Naidison Baptista, da ASA

ra a população dos dez estados recortados para o Semiárido. Fazem parte da região os nove estados nordestinos e o norte e o Vale de Jequitinhonha de Minas Gerais, totalizando cerca 12% do território nacional, com 1.262 municípios e uma população aproximada de 27 milhões de pessoas. É também no Semiárido onde estão mais de 80% das comunidades quilombolas de todo o Brasil.

Para Urbano Carvalho e Conceição Borges, os movimentos sociais e sindical precisam fazer um trabalho de politização permanente junto à população, no sentido de conscientizá-la a não vender o voto. "Se não trabalhar nas escolas com as crianças, que serão adultos no futuro, a gente vai continuar transferindo o problema de pai para filho e nunca vai acabar essa alienação das pessoas que vendem o voto", opina Carvalho. "Tentamos chamar atenção de que o voto não tem preço, e sim consequência. Essa conversa deveria acontecer fora do período eleitoral, no dia a dia, na igreja, na escola, no sindicato", completa Borges.

Campello relembra o coronelismo histórico, definido por Victor Nunes Leal como "um compromisso, uma troca de proveitos entre o Poder Público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terra". Na contemporaneidade, o coronelismo ressurge na versão do orçamento secreto. "É o velho coronelismo, agora com milhões. Não é mais a distribuição de uma cesta, é a construção de uma escola, ginásio, de um posto de saúde, sem nenhum critério. A cidade recebe o recurso não por ser a que mais precisa ou a que tem o maior número de pessoas que necessitam. O critério é 'onde eu tenho voto'. Estamos vendo o ressurgimento da velha prática coronelística, agora com milhões e milhões despejados às vésperas das eleições, de forma secreta e desconhecida. Voltamos ao pior tipo de prática", dispara.

O voto não tem preço, e sim consequência, alerta campanha

A compra de voto que perpassa o coronelismo e o clientelismo é crime e pode levar à cassação do registro ou até mesmo do diploma do candidato, além de resultar em multa e deixar a pessoa inelegível por oito anos. Segundo o TSE, o crime prevê ainda pena de até quatro anos de prisão para aqueles que oferecem ou prometem alguma quantia ou bens em troca de votos, e também para o eleitor que receber ou solicitar dinheiro ou qualquer outra vantagem, para si ou para outra pessoa. Para denunciar esse tipo de crime, o eleitor pode utilizar o aplicativo Pardal, da Justiça Eleitoral, e relatar qualquer tipo de irregularidade durante as campanhas eleitorais. Além da compra de voto, o aplicativo tem outras opções de denúncias como uso da máquina pública e propagandas irregulares. As denúncias são encaminhadas ao Ministério Público Eleitoral, órgão competente para apurar os casos. •

RODRIGO MARTINS E VICTOR MOURA/CONSEG

ALDO FORNAZIERI

Lobo à espreita

▶ As democracias morrem não só pela atuação de ditadores sedentos de poder, mas também pela omissa covardia daqueles que se dizem democratas

No início do século XXI, quase ninguém imaginava que as democracias ocidentais pudessem vir a ser ameaçadas. Já em meados da segunda década, vários sinais perturbadores de ameaças se fizeram ver no horizonte tormentoso. A vitória de Donald Trump e os ataques que ele desferiu contra as proteções institucionais e políticas da democracia norte-americana, culminando na tentativa de golpe, comprovaram a fragilidade do sistema democrático quando ele se depara com ambiciosos que buscam o governo autoritário. A ameaça à democracia dos EUA estava secundada por ameaças em outros países, inclusive aqui no Brasil, com Bolsonaro.

Nos últimos dias, o ministro Alexandre de Moraes e o STF vêm sendo alvos de ataques por, supostamente, terem violado a privacidade, a liberdade de expressão e os direitos civis de um grupo de empresários favoráveis a um golpe de Estado, caso Lula vença as eleições. Os críticos se esquecem – ou não querem lembrar – que os tribunais superiores têm o dever de tutelar a Constituição e, por decorrência, a democracia.

Os ditadores do nosso tempo têm um *modus operandi* comum e conhecido. Atacam o sistema eleitoral, visando se apossar do mesmo para ter o controle dos eleitos e dos Parlamentos. Eles destroem os procedimentos democráticos no processo de produção de normas e leis, agem contra as Supremas Cortes até dominá-las e controlar suas decisões, destroem ou aparelham os sistemas de investigação, fiscalização e controle para ter a liberdade de agir criminosamente a partir do Estado, favorecem o surgimento de bandos criminosos armados para se servir deles em caso de necessidade e procuram estabelecer o controle das Forças Armadas para colocá-las a serviço do regime autoritário, além de amedrontar cidadãos e adversários com ameaças de violência ou com o seu uso.

Bolsonaro, de uma forma ou de outra, encaminhou todas essas práticas golpistas visando erodir a democracia e destruir os mecanismos institucionais de sua tutela. É preciso observar, porém, que os mecanismos institucionais da democracia funcionam por si mesmos até certo ponto. Funcionam enquanto as regras do jogo democrático são observadas pelos atores do jogo político. Quando estes começam a violar as regras legais e as instituições tutelares da democracia, é preciso que as autoridades constituídas, principalmente os juízes, os procuradores e os policiais, se lancem no campo de batalha para garantir o funcionamento eficaz das regras e das instituições garantidoras. Caso contrário, as democracias morrem, como foi evidenciado em livro que trata desse assunto.

É precisamente isso que vem fazendo a maioria dos ministros do STF e do TSE: age para impedir que a democracia brasileira morra. Esta é uma atuação que se reveste de conteúdo jurídico-político, uma vez que a oposição partidária, pela sua tibieza e incompetência, foi incapaz de conter nas arenas políticas os desmandos autoritários.

Lembremos o que disse James Madison, pai da Constituição americana e do constitucionalismo moderno a respeito da necessidade de um poder da República ter mecanismos para se defender de outro: "As medidas de defesa devem ser proporcionais ao perigo de ataque. A ambição deve poder contra-atacar a ambição". Isto quer dizer que a tutela da democracia deve ser exercida pelos mecanismos legais e institucionais e pelos homens e mulheres que são investidos de autoridade e representação nessas instituições. A ambição democrática dos ministros e ministras do STF deve contra-atacar a ambição autoritária de Bolsonaro. Contra atos que visam destruir a legalidade é preciso agir de forma excepcional.

As ações contra os empresários golpistas e contra Bolsonaro não ferem a liberdade de expressão e não agridem seus direitos civis. Visam deter suas ações deletérias. Há indícios de que empresários financiavam atos golpistas. Respaldados pela lei, Moraes e o STF agiram prudencial e preventivamente para impedir ato continuado de cometimento de crime.

É preciso dizer que as democracias morrem não só pela ação de ditadores ambiciosos e sedentos de poder, mas também pela omissa covardia daqueles que se dizem democratas. Estes, depois que as muralhas da democracia são derrubadas, geralmente fogem. Por isso, é preciso agir para impedir a demolição. É isso que estão fazendo Alexandre de Moraes e a maioria esmagadora dos ministros e ministras do STF e do TSE. A história não lhes negará esse reconhecimento e essa reputação. •

alfornazieri@gmail.com

BAPTISTÃO

Cartas marcadas

PRIVATIZAÇÃO Empresários amigos tiveram acesso antecipado e privilegiado ao edital de venda da CeasaMinas

POR MAURÍCIO THUSWOHL

Na xepa das privatizações do governo Bolsonaro, a venda da CeasaMinas, a central de abastecimento cujo controle é compartilhado com a administração estadual, tornou-se uma prioridade e um poço de escândalos. Não bastasse a intenção de se desfazer da empresa antes do fim do mandato e a preço de banana, empresários bem relacionados no Palácio do Planalto e no Palácio da Liberdade tiveram acesso antecipado e privilegiado ao edital que estabelece as regras do leilão. O vazamento do documento sigiloso, enviado ao Tribunal de Contas da União, teria sido franqueado a um grupo seleto de interessados no negócio pelo diretor de Operações da companhia, Ivagner Ferreira. A irregularidade chegou às mãos de funcionários da estatal após o edital ter sido compartilhado em grupos de WhatsApp de empresários ligados à Associação Comercial da Ceasa de Minas Gerais (ACCeasa). A nova denúncia amplia a série de irregularidades detectadas no processo de privatização. O maior dos problemas reside nos valores estipulados para a venda do patrimônio público: o lance mínimo proposto pelo governo é de 253 milhões de reais, somados os ativos imobiliários e as outorgas, bem abaixo do 1,5 bilhão de reais calculado pelo Ministério Público Federal em parecer encaminhado ao TCU.

O vazamento do edital faz aumentar as suspeitas de direcionamento e corrupção, sobretudo após a visita de Salim Mattar, um dos interessados na privatização, à CeasaMinas em 17 de junho. Ao lado de Ferreira, Mattar, bolsonarista de primeira hora, dono da Localiza e ex-secretário de Desestatização do Ministério da Economia, teria sido apresentado aos servidores, segundo relatos ouvidos por *CartaCapital*, como "futuro patrão" pelo diretor de Operações. Um dos principais doadores do Partido Novo, o empresário exerce atualmente a função de consultor do governador mineiro Romeu Zema e, dizem as denúncias, seria o principal beneficiado com o direcionamento do processo de venda da central de abastecimento. A visita levou funcionários da empresa a enviar uma representação ao Comitê de Ética da

Salim Mattar, consultor do governador Zema, foi apresentado aos trabalhadores como "futuro patrão". Antes da privatização

Presidência da República. "Existe um grupo privilegiado que recebeu informações públicas sobre um processo de privatização que tem seus valores questionados. Como dizem aqui em Minas, tem caroço nesse angu", afirma Jussara Griffo, diretora de Coordenação Política e de Empresas Públicas do Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público (Sindsep) em Minas Gerais. A denúncia também foi apresentada internamente pelo representante dos funcionários no Conselho de Administração da CeasaMinas, Heronilton dos Santos Silva. Segundo Griffo, o alerta foi ignorado pelo colegiado, que decidiu dar sequência ao processo. "É importante saber o que a

Ceasa tem feito diante de toda essa imoralidade", acrescenta a sindicalista.

O Sindsep defende a anulação do processo de privatização. Está em curso, diz Griffo, um "jogo de cartas marcadas" na Ceasa. "O processo está contaminado pelo Salim Mattar. Há vários áudios de conversas entre ele e o diretor Ivagner referentes a esse ponto. O edital, que deveria ser sigiloso, circula entre os integrantes da associação que reúne os atuais concessionários da estatal. Depois vazou para os grupos de WhatsApp dos trabalhadores. O edital foi deliberadamente disponibilizado para quem tem interesse no processo."

Após requerimento apresentado pelo deputado federal Padre João, do PT, e aprovado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, técnicos do TCU realizam uma auditoria no processo de privatização da CeasaMinas com o objetivo de "apurar danos ao Erário e subavaliação do patrimônio público". O parlamentar questiona os valores estipulados para os terrenos e áreas construídas da empresa nos municípios de Contagem, Barbacena, Caratinga, Juiz de Fora, Uberlândia, Ube-

Conflito. Mattar, consultor do governo mineiro e doador do Partido Novo, é um dos interessados na privatização com acesso privilegiado

EUGÊNIO SÁVIO/CEASA MG E FÁBIO ORTOLAN/ACMINAS

Ivagner
@IvagnerFerreira

@RomeuZema Gov Zema, sou indicado por Salim Mattar e Ver Mateus Simões para contribuir para recuperar nosso Estado. Ocorre que Salim quase todo tempo em Brasilia e Mateus de férias estou sem noticias quanto ao meu aproveitamento. Solicito a gentileza de indicar a quem procurar.

Ivagner
@IvagnerFerreira

@jairbolsonaro Presidente, esta proxima minha nomeacao p empresa federal, sou seu soldado, cao de guarda, honesto, competencia e tenho muito orgulho estar na sua equipe e ajudar o Brasil.

12:16 PM · 6 de abr de 2020 · Twitter Web App

Ivagner
@IvagnerFerreira

@jairbolsonaro Sou novo presidente da CeasaMG, nossa missao:
Administrar c foco na privatização, Agregar valor exploraçao de imoveis, Conquistar resultados q torne atrativa p iniciativa privada, Alto nivel de governança, Elevado nivel c clientes, Meritocracia c funcionarios.

"Soldado". Diretor da CeasaMinas, Ivagner Ferreira regozija-se nas redes sociais da missão confiada por Bolsonaro

raba e Governador Valadares. No total, são 2,7 milhões de metros quadrados em terrenos e 271,2 mil metros quadrados ocupados por entrepostos e outras edificações. "Fomos surpreendidos com o processo em estágio avançado e uma subavaliação assustadora. Apenas o preço real do terreno de Contagem, com 2,2 milhões de metros quadrados, equivale ao valor mínimo proposto pelo governo. Há uma suspeita enorme, por isso pedimos a fiscalização. Esse processo não pode avançar enquanto a auditoria não for concluída", afirma o deputado.

De acordo com Padre João, "a cada dia vai se evidenciando quem serão os beneficiados" pela privatização da Ceasa. O parlamentar lembra a responsabilidade do Tribunal de Contas no processo: "Se o TCU não paralisar essa privatização, seus conselheiros também serão cúmplices e serão denunciados no Ministério Público Federal. Os técnicos ainda estão realizando suas análises e estas têm de ser levadas em consideração". O petista cobra ainda mais transparência por parte do governador Zema: "Tem um pedaço da CeasaMinas que pertence ao governo de Minas Gerais, e também não está claro no processo qual a participação do Poder Público estadual nessa venda". No TCU, a ação está sob os cuidados do ministro Marcos Bemquerer, que ainda não proferiu decisão e mantém os autos sob sigilo. Outra ação, encaminhada pelo deputado Patrus Ananias, do PT, tem relatoria do ministro Benjamin Zymler e também segue sob sigilo e sem parecer final.

O Partido dos Trabalhadores estuda ingressar com uma terceira ação, desta vez com um pedido de anulação completa do processo de privatização. "Vamos apresentar essas denúncias ao TCU e também ao Ministério Público

Federal, para que apurem e adotem as providências necessárias para interromper este processo que aparenta ser de cartas marcadas e investigar e punir os responsáveis pelo vazamento do edital, pelos sinais evidentes de favorecimento e pelos indícios de ilegalidades", diz o deputado federal Rogério Correia. A condução dada pelo governo federal é contestada pelo petista: "Um processo de privatização com esses indícios de irregularidades não pode ser levado adiante. Isso fere qualquer princípio básico de isonomia e reflete uma visão privatista inconsequente, que costuma entregar o patrimônio público a preços bem inferiores ao que vale para um grupo de amigos ou aliados privilegiados".

Segundo os denunciantes, o vazamento do edital e de suas precondições permite aos privilegiados anteciparem os preparativos para a apresentação de propostas e beneficia diretamente os interessados na aquisição dos valiosos lotes de terra em espaço urbano hoje pertencentes à Ceasa. Uma prova foi a visita extraoficial feita em 23 de maio por representantes da Serviços de Engenharia e Agrimensura, empresa que não integra a companhia, para iniciar estudos de topografia em um dos terrenos a serem leiloados. O relatório 31, produzido neste ano pelo Departamento de Operações da CeasaMinas e encaminhado à diretoria, relata que a Senag, após afirmar estar a serviço da empreiteira SGO Construções, teria sido impedida de entrar no local. O próprio Ferreira teria, no entanto, ordenado ao setor de segurança que permitisse o acesso para a realização da sondagem. O serviço de medição, prossegue o relato,

EDITAL DE LEILÃO BNDES Nº [●] /2022 – CEASAMINAS

ALIENAÇÃO DE AÇÕES E ATIVOS IMOBILIÁRIOS DAS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS ASSOCIADA À CONCESSÃO DE USO DO MERCADO LIVRE DO PRODUTOR - MLP

O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES, empresa pública federal, com sede na cidade de Brasília, no Distrito Federal e escritório na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrito no CNPJ/ME sob o n° 33.657.248/0001-89, no uso da competência que lhe foi outorgada pelo art. 4º do Decreto n° 2.594, de 15 de maio de 1998 e pelo presente EDITAL, e de acordo com as suas disposições, torna públicas as condições de (i) desestatização das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. – CEASAMINAS, mediante a alienação de ações representativas do seu capital social, bem como de parte de seus ativos imobiliários, nos termos aprovados pela Resolução nº 186, de 27 de abril de 2021, ajustada e complementada pela Resolução nº 220, de 16 de dezembro de 2021, ambas emitidas pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos do Ministério da Economia, assim como (ii) a concessão onerosa de uso de bem público para exploração, operação e manutenção do Mercado Livre do Produtor, nos termos do Decreto Estadual nº 48.276, de 24 de setembro de 2021, emitido pelo Governador do Estado de Minas Gerais.

A presente licitação será regida pelas regras previstas neste EDITAL e seus ANEXOS, considerando a legislação vigente sobre a matéria.

O critério de julgamento será o de Maior Oferta para aquisição dos Lotes, conforme autorizado pelo inc. IV, do §1º, do art. 45 da Lei nº 8.666/1993, podendo-se realizar etapa de lances à viva-voz entre as PROPONENTES selecionadas, conforme previsto neste **EDITAL.**

A licitação foi precedida de Audiência Pública, nos termos do art. 39 da Lei nº 8.666/1993, devidamente divulgada nos sítios eletrônicos do Estado de Minas Gerais, da União Federal e do BNDES, e mediante publicação no Diário Oficial da União e no Jornal de Minas Gerais em 01 de outubro de 2021 e 25 de setembro de 2021, respectivamente, com sessão virtual realizada em 19 de outubro de 2021, na plataforma indicada no regulamento disponível nos referidos sítios eletrônicos.

As propostas e demais documentos necessários à participação na Licitação serão recebidos no dia [●], das [●], horário de Brasília, na [●]. A Sessão Pública do Leilão, seguida da abertura do Volume 3 – Documentos de Habilitação da(s) Proponente(s) vencedora(s) ocorrerá no dia [●], às [●], na sede da B3.

O Edital da presente licitação, incluindo seus Anexos, poderá ser obtido (i) [●] ou (ii) [●].

Entre amigos. O edital da venda da CeasaMinas circulou em um grupo seleto de empresários antes de ser publicado oficialmente

continuou a ser executado nos dias seguintes. Procurado por *CartaCapital*, o empresário Sérgio Gomes de Oliveira, dono da SGO, não respondeu aos pedidos de esclarecimento.

Outro episódio, este em 22 de junho, dias após a visita de Mattar à Ceasa, também causou estranheza. Um engenheiro da central de abastecimento recebeu um projeto arquitetônico com a solicitação de uma empresa externa para que os acompanhasse na realização de serviços de topografia. Foi igualmente solicitado ao servidor que indicasse a existência de canalizações no terreno. Após recusar o pedido, o engenheiro foi informado de que "tudo havia sido acertado" com Ferreira. "Essa firma pediu a um funcionário público que passasse informações sobre o terreno. Isso é crime. Como isso pode acontecer de forma antecipada? O Ivagner está passando informações privilegiadas. Queremos providências, o processo tem de ser paralisado", diz Griffo.

Ferreira é figura central no processo de privatização. Com presença assídua nas redes sociais, o diretor de Operações coleciona publicações nas quais se apresenta como o homem certo no lugar certo para efetuar a venda da empresa. Suas mensagens sobre o tema começaram antes mesmo de assumir o cargo, quando ainda era dono da Cafeteria da Fazenda, e não pecam pela falta de modéstia, pois ele costuma marcar os próprios Bolsonaro e Zema em alguns *posts*. "Presidente, está próxima a minha nomeação para empresa federal. Sou seu soldado, cão de guarda, honesto. Tenho muito orgulho de estar na sua equipe e ajudar o Brasil", escreveu em abril de 2020. Dias antes, em outra postagem na qual Bolsonaro foi marcado, Ferreira apresentou-se como "novo presidente" da CeasaMinas e anunciou sua missão: "Administrar com foco na privatização. Agregar valor na exploração de imóveis. Conquistar resultados que tornem (a empresa) atrativa para a iniciativa privada. Alto nível de governança, elevado nível com clientes, meritocracia com funcionários".

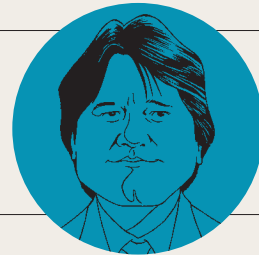
Toque de caixa. Zema também tem pressa na venda da CeasaMinas, apesar da subavaliação dos ativos da empresa

ALAN SANTOS/PR

Procurado pela reportagem, o executivo recusou-se a comentar o vazamento do edital e o benefício a um grupo de empresários. Deu a seguinte desculpa: "Na condição de coordenador do Data Room (sala de dados) onde mantemos informações sobre a privatização, estou impedido de conceder entrevistas". Reação semelhante teve Noé Xavier, presidente da ACCeasa: "Não tenho essa informação (sobre o vazamento)", disse. Os fatos desmentem Xavier. Em umas das conversas no grupo de WhatsApp dos empresários, em um diálogo que tem a minuta do edital como arquivo anexo e vários *emojis* chorando de rir, um empresário identificado como Alexandre diz aos colegas: "Vazou. Os cinco interessados não aguentaram". Salim Mattar não atendeu aos pedidos de entrevista.

> O Tribunal de Contas da União analisa várias irregularidades, entre elas o preço mínimo da companhia, bem abaixo do patrimônio

A CeasaMinas cumpre uma dupla missão. Uma delas é a regulação de preços para o mercado. A outra é dar suporte ao pequeno agricultor, para a produção de alimentos sem agrotóxicos a preços acessíveis. As missões se integram no intuito de reduzir os custos dos alimentos para a população em geral, sobretudo para as famílias de baixa renda, função que parece pouco interessar aos empresários bolsonaristas. "Com 33 milhões de brasileiros passando fome e 125 milhões em situação de insegurança alimentar, a Ceasa é estratégica para o abastecimento. São toneladas de alimentos que circulam diariamente e são importantes não só para toda a região metropolitana e o interior de Minas, mas também para o Rio de Janeiro e o Espírito Santo", ressalta Padre João. O parlamentar lembra um apelo de Paulo Guedes aos colegas de governo: "Ele pediu pressa nas desestatizações. Como estão atrás nas pesquisas de intenção de voto, colocaram o pé no acelerador". •

PEDRO SERRANO

Reforma necessária

▶ É preciso pensar para a PGR um modelo que mitigue tanto o excesso de corporativismo quanto o servilismo exacerbado do Ministério Público Federal ao Executivo

Um dos temas que têm mobilizado entrevistas e debates de presidenciáveis é o da atuação da Procuradoria-Geral da República em questões que envolvem política como disputa de poder. A discussão é pertinente. Reforça a demanda por uma reforma na estrutura da PGR, necessária para que avance o controle da corrupção, reduzindo as possibilidades de interferências políticas que fogem às razões de Justiça.

Experiências ao longo dos governos das últimas décadas caracterizam distorções de caráteres distintos no funcionamento do órgão. As gestões do PT nomearam os primeiros integrantes de uma lista votada pelos próprios procuradores, modelo associado à época ao republicanismo. O termo não se aplica, porém. O que havia, de fato, era um arquétipo de Estado autárquico, cunhado entre as orlas do corporativismo e da independência absoluta, em que setores profissionais de servidores estáveis, verdadeiros estamentos, acabam ingressando em decisões que deveriam ser de soberania popular.

O Ministério Público Federal, de um lado, exerce funções técnico-profissionais que justificam a seleção de seus membros por concurso. No entanto, além dessas atividades, o PGR em si conduz outras, de Estado, o que o transforma em um indivíduo sujeito a pressões políticas. Quando se estabeleceu a sua escolha por indicação da carreira, o que se instituiu, ao contrário do desejado, foi exatamente o envolvimento de estruturas do Ministério Público em disputas de poder, o que levou à produção de processos penais fraudulentos com a finalidade de interferir na democracia.

O exemplo maior é a Lava Jato, operação na qual, conforme apontado pelo Comitê de Direitos Humanos da ONU, não apenas houve vulneração dos direitos de Lula, mas também uma intervenção indevida nos processos democráticos, impedindo Lula de ser candidato nas eleições de 2018 por processos penais inexistentes no plano material. O excessivo poder da corporação sobre a escolha de seu comando, não visto em nenhum outro Ministério Público do mundo democrático, contaminou a instituição.

Isso foi evidenciado, por exemplo, quando Jair Bolsonaro reconheceu, na posse do ex-ministro Sergio Moro, que, se não fosse por seu trabalho enquanto juiz, e consequentemente pelo papel exercido pelos procuradores enquanto membros do Ministério Público, ele não teria chegado à Presidência. Por meio dessa declaração, Bolsonaro, talvez ingenuamente, denunciou o uso do sistema de Justiça para fins político-partidários.

Tal deturpação transpareceu ainda ao Moro abandonar a magistratura para ser ministro, e depois candidato à Presidência e ao Senado, bem como quando Deltan Dallagnol, que era procurador e o coordenador da Lava Jato, deixou o Ministério Público para se candidatar a deputado.

Em ocorrências mais recentes, o Ministério Público Federal se fez condescendente com ilicitudes praticadas pelo Executivo, o que ocasionou, inclusive, inaceitáveis arquivamentos de investigações. Dessa maneira, neste último governo, voltou-se a repetir a prática histórica e antidemocrática, anterior aos governos do PT, da nomeação de procuradores-gerais com algum nível de comprometimento com o Executivo. Lembremo-nos do famoso caso do "engavetador-geral da República" do governo FHC.

Constatados esses desvios, é necessário pensar para a PGR um modelo que mitigue tanto o excesso de corporativismo quanto o servilismo exacerbado do Ministério Público Federal ao Executivo. Há uma série de medidas que poderiam ser adotadas pela via do Legislativo. Em primeiro lugar, é preciso rever a duração do mandato do PGR, atualmente de dois anos e renovável por mais dois. Um período de quatro anos evitaria que o nomeado dependesse do chefe do Estado para ser reconduzido. Além disso, hoje, nada impede que a pessoa que deixa a PGR seja nomeada como ministro do STF ou de Estado. Seria recomendável, ao término do mandato, que houvesse uma quarentena em que essa nomeação fosse interditada.

A forma atual de nomear o PGR, por sua vez, deve ser mantida, de modo que seja livre entre os integrantes da carreira, não havendo nenhum dever legal do Presidente da República de observar a lista tríplice. Por fim, em investigações que envolvam o presidente da República e os ministros de Estado, a decisão final quanto ao eventual arquivamento não pode ser tomada apenas pelo procurador-geral, hoje dotado desse poder imenso e indevido, mas por um conselho formado por membros do Ministério Público e integrantes da sociedade civil, ou ao menos pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal. Como se sabe, desde as Cortes de Westminster, as decisões judiciais colegiadas tendem a ser menos arbitrárias. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

Não somos iguais

PRECONCEITO Nas eleições, os evangélicos progressistas lutam para provar que nem todos os fiéis são reacionários

POR MARIANA SERAFINI

Eles são evangélicos, mas não defendem a posse de armas, tampouco impulsionam a intolerância religiosa e o preconceito contra outros grupos sociais. Os fiéis progressistas não integram a bancada da Bíblia, hoje com 181 deputados e oito senadores, integrada, sobretudo, por homens brancos, ricos e reacionários. Vindos, em sua maioria, das periferias e ligados a movimentos sociais de base, os candidatos cristãos filiados aos partidos de oposição, como PT, PSOL, PCdoB e PSB, têm nestas eleições o desafio de furar o bloqueio fundamentalista nos templos e disputar um eleitorado decisivo para a definir o pleito.

Os evangélicos representam cerca de 30% do eleitorado e Jair Bolsonaro conta com o respaldo de Silas Malafaia, Edir Macedo e outros pastores midiáticos na desonesta tática de demonizar os adversários políticos. Por isso, tem sido cada mais difícil afastar a preconceituosa visão de que os fiéis constituem um bloco monolítico, absolutamente coeso na ideologia e na visão de mundo. "Existe uma expressiva parcela evangélica que entende o contexto social, que luta por justiça social, contra a desigualdade e contra a fome", observa Ailce Moreira, candidata a deputada estadual em Pernambuco pelo PSOL. "Jesus pregou o amor, a justiça, a dignidade humana. Quando vemos os vendilhões do templo falando tanto em dinheiro, em violência, em posse de armas, isso contradiz os ensinamentos bíblicos."

A jornalista e fundadora da Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, Nilza Valéria Zacarias, ressalta que, se hoje Lula está em apuros para conquistar esse eleitorado, não foi por falta de aviso. "Os evan-

REDES SOCIAIS E FERNANDO FRAZÃO/ABR

Engajados. Ailce Moreira, do PSOL de Pernambuco, e Wesley Teixeira, do PSB do Rio de Janeiro, disputam vagas nos legislativos estaduais

gélicos estão no centro da disputa eleitoral ainda que a campanha petista não tenha considerado essa uma pauta importante, pois não incluiu esse segmento como estratégico desde o início", critica. "Diversos coletivos evangélicos têm pressionado por uma mudança radical nessa postura."

A dificuldade de diálogo é antiga. Por muito tempo, os partidos do campo progressista não se empenharam em conversar com os evangélicos, talvez por acreditar que o segmento é conservador por natureza e todos os fiéis pensam da mesma forma. Nada mais enganoso. "Foi na Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito que me encontrei como evangélica e militante de esquerda ao mesmo tempo", conta Moreira. "Sempre brinco que cresci sendo evangélica demais para ser de esquerda, e de esquerda demais para ser evangélica. A gente se acostuma a levar lapada de todo lado, sabe? Agora, está um pouco diferente. A esquerda está começando a entender que é preciso dialogar com todos e expandir a nossa militância."

A displicência da campanha petista não impediu, porém, que esses evangélicos se organizassem para virar o jogo e atuar na defesa da democracia. Em 18 de agosto, a Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito formalizou apoio à candidatura de Lula. O movimento, presente em 20 estados do Brasil, é apartidário, mas entende ser preciso assumir um lado nestas eleições, devido "às ameaças diuturnas das forças reacionárias sustentadas pelo governo federal e pelo próprio Bolsonaro".

Além do apoio formal ao ex-presidente, centenas de evangélicos progressistas disputam vagas no Congresso Nacional e nos Legislativos estaduais para se contrapor às bancadas da Bíblia. De acordo com um levantamento do Instituto de Estudos da Religião, conhecido pela sigla Iser, foram registradas no Tribunal Superior Eleitoral 916 candidaturas com inscrição religiosa associada ao nome que aparecerá na urna eletrônica. Destas, 101 são ligadas aos partidos de "centro" e à "esquerda". E a maioria dos candidatos é evangélica. O número real é, provavelmente, muito superior, pois nem todos usam termos como "pastor" ou "reverendo" nas urnas, explica a pesquisadora Christina Vital. "Dessas candidaturas progressistas, muitos estão ligados aos movimentos sociais, como a Bancada Evangélica Popular, ou os Cristãos Contra o Fascismo, e são, na maioria, pessoas mais jovens, de periferias, negras e negros."

> "Somos os mais aptos para fazer o contraponto às bancadas da Bíblia", diz Wesley Teixeira

Na avaliação de Wesley Teixeira, candidato a deputado estadual no Rio de Janeiro pelo PSB, os evangélicos progressistas são os mais aptos a fazer um contraponto aos fundamentalistas, pois conhecem de perto as necessidades e a linguagem que precisa ser usada ao se dirigir ao público que frequenta as igrejas. "Se a gente parar para pensar, o Lula já teve muito apoio nesse segmento. Bolsonaro conquistou a maioria dos evangélicos recentemente", observa. "Depois das eleições, ainda teremos um longo caminho de disputa. Por isso é tão importante eleger representantes que, além de progressistas, sejam evangélicos. Eles serão fundamentais para se contrapor ao discurso reacionário de algumas lideranças e mostrar à sociedade que não somos todos iguais."

Autor do livro *O Reino: a História de Edir Macedo e Uma Radiografia da Igreja Universal*, o jornalista Gilberto Nascimento aponta a existência de três grupos bem definidos e muito distintos entre si no cenário evangélico brasileiro. São os protestantes, os pentecostais e os neopentecostais. Os megatemplos, a Teologia da Prosperidade e o discurso de intolerância está presente, de forma majoritária, entre as denominações neopentecostais. Já as outras duas, mais antigas no País, se caracterizam por serem mais moderadas e, em certa medida, menos conservadoras.

"Os evangélicos são pintados como tudo que há de mais conservador no Brasil, e isso não é verdade", protesta Zacarias. "A questão do divórcio, por exemplo, já é uma pauta vencida entre nós. O aborto, as liberdades sexuais são temas em que

estamos avançando. Mas gostam muito de acusar os evangélicos de serem conservadores, quando, na verdade, a sociedade brasileira que é assim, não é uma característica só dos cristãos."

Quando a Teologia da Prosperidade começou a ganhar fôlego no Brasil, vinculando a bênção divina à generosidade nas ofertas às igrejas, imediatamente surgiram grupos evangélicos para se contrapor a esse discurso, acrescenta Moreira. "Entendemos que essa interpretação não vem para aprofundar o Evangelho. Ao contrário, ela está alicerçada no discurso neoliberal, com a manutenção de privilégios a quem pode pagar mais", diz. "A gente sabe que existe uma narrativa em torno da palavra 'prosperidade' que faz com que o fiel associe aquilo que de mais sagrado ele tem, que é a crença num Deus abençoador, o que não está errado, a uma agenda econômica e social que no fim das contas mais oprime o fiel do que o liberta. Essa agenda econômica serve para a manutenção de uma estrutura hierárquica patriarcal e elitista, mais presente nas igrejas neopentecostais."

Já Teixeira é incisivo ao criticar esse segmento religioso. "Na minha avaliação, a Teologia da Prosperidade é diabólica. Não tem outra palavra. Em nenhum momento, ela tem base nos fundamentos de Jesus", dispara. "Deus não está nesse sistema capitalista que transforma tudo em dinheiro e mercadoria. Pelo contrário, Jesus ensinou a repartir, sempre fez um ataque frontal ao acúmulo de riquezas. E quando a gente vê esses coronéis da fé defendendo a Teologia da Prosperidade, isso é uma idolatria, uma adoração ao dinheiro. São aqueles que nos textos bíblicos aparecem como o Deus Mamon (*do hebraico, a palavra 'mamon' significa literalmente 'dinheiro'*), os que se venderam ao dinheiro e são falsos profetas."

Não é difícil desmontar o falacioso discurso de que os evangélicos são todos iguais. Dona Tereza, candidata a deputada estadual em Minas Gerais, pelo PT, é um exemplo do que há de mais avançado na sociedade brasileira. Mulher preta e periférica, ela se apoia na fé e no Evangelho para defender o fim do encarceramento em massa e o fim da guerra às drogas, o que, nas palavras dela, é "uma guerra aos pobres".

Oriunda de família cristã, Dona Tereza teve um filho preso e passou a se dedicar à luta contra o encarceramento em massa da juventude negra e periférica, além de assumir uma bandeira antiproibicionista em relação às drogas. "Estou organizada nessas frentes desde 2007 e minha maior dificuldade é fazer o povo cristão entender que esse encarceramento é uma política de Estado. E uma dificuldade maior ainda é fazer os evangélicos entenderem que não existe uma guerra às drogas, e sim uma guerra contra a periferia, contra o povo pobre", afirma. "Hoje, temos robustas evidências de que a maconha é uma erva medicinal, que auxilia no tratamento de várias doenças. Se uma pessoa faz o uso abusivo dessa ou de outras substâncias, ela não precisa ser presa, deve ser encaminhada para o SUS e receber tratamento para a dependência. É por isso que precisa legalizar. Dessa forma, é possível até aumentar a arrecadação de impostos e usar esse dinheiro para investir na periferia, na educação, na saúde", enumera.

Fuja de rótulos. Dona Tereza e Alexya Salvador estão muito distantes do estereótipo atribuído às evangélicas

Reação. Um coletivo de mulheres evangélicas processa Malafia por transfobia

Quem ouve o discurso da candidata imagina que ela tem dificuldade para dialogar com outras evangélicas. Ledo engano. Dona Tereza tem bom trânsito e costuma ser acolhida pelas mulheres religiosas, até porque várias delas têm filhos com problemas relacionados às drogas, seja pela dependência química, seja porque estão encarcerados. Essas mães não se sentem, porém, confortáveis em abordar o problema na igreja. "As famílias cristãs escutam o que eu falo porque grande parte da juventude que hoje está presa em algum momento da vida frequentou a igreja evangélica. E muitas mulheres sentem vergonha de falar que têm um filho preso porque as igrejas são punitivistas", afirma. "Mas a mensagem de Cristo é o perdão. Esse tempo que estamos vivendo, de ascensão bolsonarista, deixa claro para mim que muitos pastores perderam o sentido da palavra de Deus. Se um pastor defende as barbaridades de Bolsonaro, ele fala de coração vazio, porque Jesus nunca foi a favor da tortura nem das armas."

Amor e acolhimento, por sinal, são os princípios que movem a reverenda Alexya Salvador, candidata a deputada estadual em São Paulo pelo PT. Mulher negra e travesti, ela atua como líder religiosa há mais de dez anos em uma comunidade que atende essencialmente pessoas pobres e em situação de rua. Sua missão é levar a palavra do Evangelho aos grupos marginalizados, os quais nem sempre os evangélicos conseguem acessar.

A trajetória da reverenda é marcada pelo preconceito. "Se é difícil para uma pessoa hétero-cis-normativa romper o estereótipo de que nem todos os evangélicos defendem a mesma política, quando a minha candidatura chega nesse contexto de uma travesti reverenda, a coisa é muito pior", conta. "De um lado, eu tenho os fundamentalistas me atacando, proferindo todo tipo de ofensa e discurso de ódio. No meio LGBTQIA+, também tem uma desconfiança porque eu sou evangélica."

> "De um lado, tenho os fundamentalistas me atacando. De outro, a desconfiança dos LGBTs", lamenta reverenda travesti

O maior desafio, acrescenta a reverenda, é desconstruir a ideia de que todo dirigente religioso, se eleito, vai legislar em favor de sua fé. "A minha proposta é justamente fazer oposição à bancada da Bíblia. Minha bandeira é antifundamentalista, eu trago como meta aquilo que vivencio e, por isso, minha luta é pelo Estado laico. Somente assim a liberdade religiosa vai ser, de fato, garantida. Além disso, minha atuação se desdobra em outras pautas, como a defesa da comunidade LGBTQIA+ e do Magistério Público, porque eu sou professora há 17 anos."

Alexya integra o coletivo Mulheres Evangélicas pela Igualdade de Gênero, e uma das ações de impacto mais recentes do grupo foi processar o pastor Silas Malafaia por transfobia. O líder religioso é réu e tem uma audiência de instrução de julgamento agendada para 12 de setembro. Segundo a reverenda, não se pode usar a liberdade religiosa como justificativa para práticas criminosas. A ação busca denunciar a intolerância, uma vez que o pastor, ao atacar a comunidade LGBTQIA+, provoca um "óbice à convivência social da pessoa transexual e incita a discriminação contra essa comunidade".

Para a fundadora da Frente dos Evangélicos pelo Estado de Direito, o tempo é o maior inimigo do campo progressista nestas eleições, pois restam menos de 30 dias para o primeiro turno e a esquerda demorou muito para despertar sobre a necessidade de falar com o público evangélico. "A campanha de Lula precisa fazer um trabalho intenso na tevê para chegar aos lares dos cristãos brasileiros", alerta. "E nós, da Frente, estamos lançando a campanha 'Não É Pecado Votar em Lula', que vai ter material segmentado com uma linguagem direcionada ao público evangélico. Nesse tempo que falta, precisamos correr, porque do outro lado eles têm uma máquina que vai ser usada em toda a sua estrutura." •

ISAC NÓBREGA/PR E REDES SOCIAIS

O joio e o trigo

AGRONEGÓCIO Os que enviam tratores a Brasília são o submundo. Há um setor mais esclarecido

POR CARLOS DRUMMOND

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 42
Protagonista. O ex--metalúrgico que criou um império na área de saúde

A convocação de Bolsonaro para ruralistas enviarem tratores ao desfile de tanques de guerra comemorativo do 7 de Setembro sugere a existência de um bloco compacto do agronegócio adepto das manobras golpistas presidenciais, mas esta seria uma leitura equivocada. Pressionado pela recusa crescente de importadores em relação a produtos agropecuários obtidos à custa de devastação, invasão de áreas indígenas e trabalho escravo, uma parcela ainda minoritária, mas em expansão, do agronegócio soma forças, em alguma medida, aos demais interessados na preservação da Amazônia, do Cerrado e no respeito aos direitos humanos.

"O agronegócio empresarial, do capitalismo puro, não está invadindo terra, não se instala em áreas de floresta, não queima mata protegida nem mata índio. Portanto, quem vai colocar trator na Praça dos Três Poderes é o madeireiro, o grileiro, o garimpeiro, esse *bas-fonds*, ou submundo, do agronegócio", chama atenção Walter Belik, professor titular aposentado do Instituto de Economia da Unicamp e diretor do Instituto Fome Zero. Segundo levantamento do observatório De Olho nos Ruralistas, as empresas que invadiram a Esplanada em setembro do ano passado têm histórico de trabalho escravo, crimes ambientais e conflitos agrários.

Um exemplo do agronegócio empresarial mencionado por Belik é a empresa Suzano, de papel e celulose, que no começo do ano passou a fazer parte do Índice Carbono Eficiente da B3, isto é, foi incluída em um indicador formado por empresas sustentáveis na Bolsa brasileira. Além disso, integra o Índice de Sustentabilidade Empresarial e o Índice Dow Jones de Sustentabilidade – Mercados Emergentes, na Bolsa de Nova York, e foi a segunda companhia do mundo, e a primeira das Américas, a emitir títulos sustentáveis em empréstimos vinculados a metas ambientais.

Uma parcela dos produtores insiste em devastar a natureza e afrontar direitos. É ela que apoia o ex-capitão

Não é um caso isolado. Em carta aberta aos presidenciáveis divulgada em abril, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável propõe que os candidatos prometam "honrar os compromissos já assumidos pelo País", diante da sua Constituição e de instituições internacionais, em relação a direitos humanos, desmatamento ilegal, emissões de gases de efeito estufa, desenvolvimento sustentável, erradicação da fome, atenção à saúde e combate à discriminação de grupos sociais vulneráveis. Além da Suzano, integram o grupo as empresas JBS, Marfrig, Cargill, BRF, Nestlé e Bayer, entre outras, além de bancos.

No outro lado do espectro ruralista, sobressai a figura do fazendeiro de soja Antônio Galvan, presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil), proibido pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, em agosto do ano passado, de se aproximar da Praça dos Três Poderes e de participar de eventos do 7 de Setembro. Galvan, entre outras, foi acusado de convocar a população, através de redes sociais, a praticar atos criminosos e violentos de protesto às vésperas do feriado.

Apontado como um dos financiadores dos atos antidemocráticos, Galvan já foi multado por desmatar 500 hectares de vegetação nativa e por vender soja sem nota fiscal. Responde na Justiça por plantio clandestino de grãos e por uma tentativa de invasão de terra em uma fazenda vizinha à sua. Moraes determinou também o bloqueio das contas da Aprosoja Brasil e da Aprosoja Mato Grosso, devido à exis-

Cinzas. O agronegócio empresarial mais evoluído não queima mata protegida

VERÔNICA GIRÃO E ISTOCKPHOTO

tência de indícios de repasse ilegal de recursos públicos do Fundo Estadual de Transporte e Habitação e da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal de Mato Grosso do Sul para financiar as manifestações a favor de Bolsonaro.

O problema, é importante ressaltar, não está no agronegócio em si. Antes, o contrário, pois o setor foi a salvação da economia do País que, após 40 anos de desindustrialização, teria regredido ainda mais, não fosse a pujança desse segmento. O que atrasa o setor é a existência de uma ampla parcela que insiste tanto em não observar as práticas internacionalmente consagradas para conciliar agricultura e pecuária com a preservação da natureza quanto em seguir o bolsonarismo, que hoje afronta a conservação da natureza e os direitos de trabalhadores e das populações indígenas. O índice mais baixo de resgates do trabalho escravo foi registrado no governo Bolsonaro, que reduziu verbas de fiscalização e critica as ações para coibir a prática.

Os contrastes entre o agronegócio bolsonarista e aquele que se opõe às políticas do governo às vezes se mostram, contudo, um tanto tênues. “Quem está de fora percebe certa diferença, um gradiente, entre um conjunto de atores mais imediatistas, bastante imunes a pressões externas — sobretudo de parte relevante da agricultura patronal, e, em certa medida, das indústrias das quais ela é cliente e que a apoiam – e agentes empresariais mais sensíveis a valores ambientais e de direitos humanos”, aponta a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, no prefácio do livro *Formação Política do Agronegócio*, do também antropólogo Caio Pompeia. “Mesmo assim, para evitar rupturas, os diferentes grupos preferem apresentar-se publicamente como um bloco indiviso.”

Segundo Pompeia, com Bolsonaro, pela primeira vez, o discurso, as medidas provisórias e as omissões de um presidente foram abertamente anti-indígenas e antiambientalistas. “Desde 2019, os atores do agronegócio se acharam finalmente no centro do próprio governo e ocuparam ministérios essenciais. Até o Ministério do Meio Ambiente e a Funai ficaram sob o comando de aliados do setor”, sublinha Pompeia. As modificações incluíram a transferência, para a Agricultura, de funções que estavam em outros ministérios, como as vinculadas à agricultura familiar, ao serviço florestal, à reforma agrária e à demarcação de terras indígenas.

Bolsonaro alinhou-se ideologicamente à União Democrática Ruralista. O chamado “dia do fogo”, em 10 de agosto de 2019, “mostrou como o discurso presidencial vinha sendo percebido”. Nessa data, enquanto a Amazônia enfrentava números recordes de queimadas, um grupo de fazendeiros do Pará decidiu atear fogo à selva em ação coordenada de apoio às políticas de desmonte na área ambiental do governo.

> **Pela primeira vez, um governo é abertamente anti-indígena e antiambientalista**

Com o novo governo, diz Pompeia, espalhou-se também o entendimento de que as terras da União invadidas, especialmente as indígenas, seriam regularizadas em favor dos invasores. “Isso fomentou a grilagem direta ou por terceiros, como no caso de fazendeiros que doavam ou vendiam barato a agricultores pobres lotes de terras invadidas, com o objetivo de criar um ‘problema social’ e um fato consumado, na eventualidade de uma retirada do invasor.” O resultado, sublinha o antropólogo, foi uma corrida a terras indígenas e unidades de conservação. Madeireiros desmataram seletivamente essas áreas, sem medo da fiscalização, enquanto funcionários do Ibama eram exonerados porque, cumprindo a lei, destruíram maquinário de empresas de garimpagem.

Em 2020 houve, porém, um aumen-

Contraste. Grandes empresas do setor de papel e celulose operam em áreas reflorestadas. O trabalho escravo persiste entre os madeireiros ilegais

to significativo das críticas externas ao governo brasileiro por parte de grandes fundos de investimento e líderes políticos, redes de varejo e restaurantes, diante da elevação dos índices de desmatamento, das iniciativas legislativas que favoreciam a apropriação de terras públicas e da manifestação do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, de que o governo deveria aproveitar a comoção da pandemia de Covid-19 para "passar a boiada", isto é, enfraquecer dispositivos de proteção ao meio ambiente.

Tais mudanças, sublinha Pompeia, implicaram "notável alargamento de riscos" à reputação das corporações, ameaças a acordos comerciais do País e possibilidades de desinvestimentos, entre outras consequências. "Como resultado da crescente pressão, houve incentivo à ampliação de posicionamentos públicos de agentes do campo, o que atribuiu novos desdobramentos a um processo de diferenciação entre os segmentos do agronegócio", ressalta o antropólogo.

Contrariadas com a reação internacional, as entidades Confederação da Agricultura e Pecuária, Aprosoja Brasil, União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia, Federação dos Plantadores de Cana, Associação Brasileira dos Produtores Exportadores de Frutas e Derivados e Sociedade Rural Brasileira, entre outras, fizeram publicar na mídia um informe publicitário de apoio à política ambiental do governo.

No sentido oposto destaca-se a entrega recente de uma carta subscrita por quatro entidades do setor, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, a Associação Brasileira do Agronegócio, a Indústria Brasileira da Árvore e a Associação Brasileira das Indústrias de Óleo Vegetal, ao Conselho Nacional da Amazônia Legal, presidido pelo vice-presidente da República, general Hamilton Mourão. O documento propõe a cooperação entre a iniciativa privada e o Estado para o combate inflexível e abrangente ao desmatamento ilegal na Amazônia e demais biomas. O pacto inclui o compromisso com a inclusão social e econômica de comunidades locais para garantir a preservação das florestas, a minimização do impacto ambiental no uso dos recursos naturais, a valorização e preservação da biodiversidade, a adoção de mecanismos de negociação de créditos de carbono e o direcionamento de financiamentos e investimentos para uma economia circular e de baixo carbono.

"O agronegócio mais esclarecido percebe que Bolsonaro, na verdade, mais prejudica os negócios do que ajuda. O que está acontecendo agora, essa prosperidade do setor agropecuário, tem a ver com os preços externos, as facilidades de exportação e a escassez de alguns produtos. Isso não tem nada a ver com Bolsonaro. Esses que vão desfilar na Praça dos Três Poderes só atrapalham os negócios", resume Belik. •

SINAIT/DF E ISTOCKPHOTO

Os (des)encantos da privatização

CAPITAL A venda de estatais desarticulou a governança da economia e seus efeitos sobre a eficiência não se concretizaram

POR LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O jornal *Folha de S.Paulo* dispôs-se a brindar seus leitores com uma série de matérias que celebram as consequências econômicas benfazejas dos programas de privatização dos últimos 30 anos.

Em respeito à liberdade de opinião, mas no exercício da divergência, reivindicamos, neste espaço concedido por *CartaCapital*, o direito de exercitar a crítica democrática. Assim, pedimos passagem para iniciar a polêmica com a apresentação de um gráfico que ilustra o desempenho da economia brasileira nas últimas décadas.

O gráfico representado na página 40 aponta a derrocada "desindustrializante" da economia dos Tristes Trópicos nas últimas três décadas, período celebrado pelas matérias da nossa *Folha de S.Paulo*. Cumpre-nos, no entanto, avançar além dos dados e indagar as razões de tal desempenho. Arriscamos algumas hipóteses.

O setor produtivo estatal – num país periférico e de industrialização tardia – funcionava como um provedor de externalidades positivas para o setor privado: **1.** O investimento público era o componente "autônomo" da demanda efetiva (sobretudo nas áreas de energia e transportes) e corria à frente da demanda corrente. **2.** As empresas do governo ofereciam insumos generalizados (energia, aço, não ferrosos) em condições e preços adequados. **3.** Começavam a se constituir – ainda de forma incipiente – em centros de inovação tecnológica. A celebrada Embrapa nasce dessa concepção de desenvolvimento.

O sistema de bancos públicos e os programas de crédito dirigido dos bancos privados garantiam o abastecimento de recursos para o setor privado, aí incluído o financiamento de capital de giro para as pequenas e médias empresas. O crédito de longo prazo para a infraestrutura e para o investimento industrial era provido a taxas subsidiadas pelo então BNDE. O Finame sustentava o financiamento para a comercialização de bens de capital.

As críticas à industrialização brasileira não mudaram, desde os liberais-escravistas do Jeca Tatu de Monteiro Lobato até os contemporâneos Cosmopolitas

> **Na essência, os argumentos do conservadorismo continuam a ser uma embolada de preconceitos**

Jecas que imaginam perfilhar as recomendações da dita Ciência Econômica. Na essência, os argumentos do conservadorismo oligárquico caboclo – outrora ancorado na propriedade da terra, hoje na finança – continuam os mesmos: uma embolada de preconceitos, combatidos por brasileiros como Roberto Simonsen nas décadas de 1920, 30 e 40.

Não espanta que a indústria manufatureira prossiga em seu calvário, golpeada por concepções que orientaram as políticas econômicas encharcadas de besteirol pretensamente informado. Foi devastador o "desmanche" da estrutura produtiva criada ao longo das cinco décadas inauguradas nos anos 30 do século XX. Depois de liderar, até meados dos anos 1970, a "perseguição" industrial entre os países ditos periféricos, com forte atração de investimento direto na manufatura, o Brasil caiu para a Série B do torneio global das economias "emergentes".

A participação da indústria de transformação no PIB caiu de 27,3%, em 1984, para 11,3%, em 2018. O leitor poderá comparar o índice brasileiro com dados da ONU para países como China (43,1%), Coreia (30,4%) ou mesmo Alemanha (20,8%). A derrocada da indústria brasileira é comparável à trajetória dos Estados Unidos, nação desenvolvida que mais se desindustrializou durante a chamada globalização. Lá, a indústria pesa 13,4% no PIB. Essa queda é natural quando decorre dos ganhos de produtividade obtidos ou difundidos pelo crescimento da indústria, como ocorreu em países de industrialização madura. Mas não foi o que se observou no Brasil.

A decepção popular com as experiências de privatização contamina gregos e troianos, países ditos adiantados e outros nem tanto. A experiência privatista revela suas entranhas: os capitais desejam ardentemente adquirir empresas produtoras de serviços públicos, primeiro para realizar formidáveis ganhos de capital no momento das aquisições, depois para abocanhar a renda monopolista.

Não espanta que a indústria prossiga em seu calvário, golpeada por concepções encharcadas de besteirol e ignore o legado de Simonsen

CARLOS JASSO/AFP E ARQUIVO/FEA-USP

Os ingleses, por exemplo, privatizaram o abastecimento de água e os transportes interurbanos. Num e noutro caso, as tarifas subiram muito rapidamente. Em algumas cidades inglesas, as tarifas de água tornaram-se abusivas. O serviço? Uma droga. Os lucros naturalmente aumentaram de forma explosiva. No caso dos ônibus interurbanos na Inglaterra, além da brutal elevação de tarifas, os concessionários privados simplesmente fecharam as linhas menos rentáveis, deixando muitos ingleses sem transporte.

Em editorial recente, o jornal inglês *The Guardian* proclamou:

A privatização é o deus que falhou.

"Como objeto de adoração, essa divindade tem se mostrado cara para o público e uma bonança para relativamente pou-

cos investidores, muitas vezes no exterior. E em áreas-chave, como a habitação popular, provou ser um desastre singular. No entanto, notavelmente, ainda é a solução preferida de qualquer governo conservador para tudo, desde o Royal Mail até casas populares. Talvez os especialistas da tevê que falam sobre as greves ferroviárias desta semana poderiam direcionar parte da sua ira não para os trabalhadores, mas para os proprietários e políticos que criaram tal bagunça de um sistema marcado por serviço de má qualidade, aproveitamento abusivo e uma completa falta de responsabilidade.”

Claudio Bravo, goleiro do Manchester City e da seleção chilena, usou o Twitter para manifestar seu apoio aos protestos que inundaram seu país. Bravo descascou a mexerica: “Privatizaram nossa água, luz, gás, educação, saúde, previdência, medicamentos, estradas, jardins, o deserto do Atacama, o transporte. Falta alguma coisa ou foi demais? Não queremos um Chile para poucos, queremos um Chile de todos”.

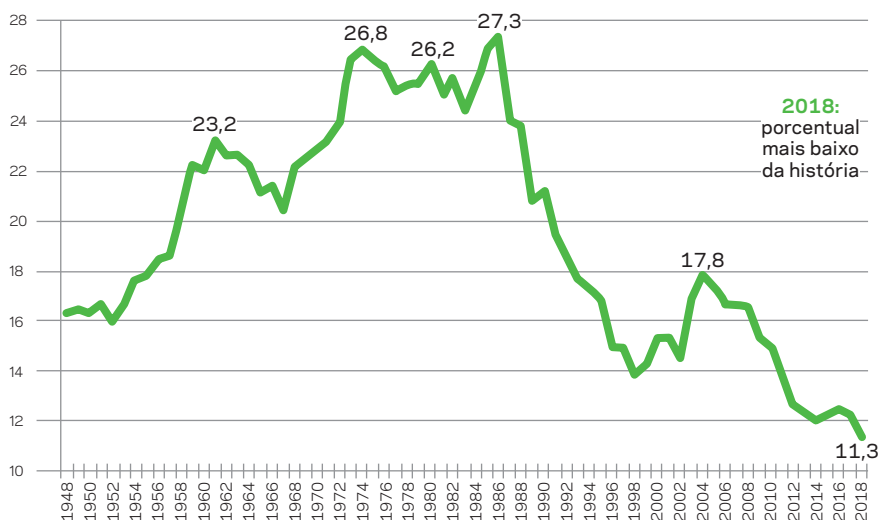
Em meio a uma revolução tecnológica, o País foi empurrado para uma inserção desastrada

O jornal chileno *La Nación* admite que há certo consenso a respeito das razões dos protestos. Eles respondem a uma percepção generalizada em torno de temas que têm sido objeto de intensos debates nos últimos anos no país: a precariedade do sistema de aposentadorias, o alto valor dos medicamentos e as sucessivas elevações das tarifas de energia.

Depois da bem-sucedida estabilização de 1994, os “reformistas liberais” brasileiros apoiaram sua estratégia em cinco pontos: **1.** A estabilidade de preços criou condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado. **2.** A abertura comercial imporia disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade. **3.** As privatizações e o investimento estrangeiro removeriam os gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência. **4.** A liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia “poupança externa” em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente. **5.** O gotejamento da renda promovida pela acumulação de riqueza nas camadas superiores – auxiliada pela ação das políticas sociais “focalizadas” – seria a forma mais eficiente de reduzir a desigualdade e eliminar a pobreza.

Na verdade, a privatização desarticulou um dos mecanismos mais importantes de governança e de coordenação estratégica da economia brasileira. Os celebrados efeitos da privatização sobre a eficiência da economia não se concretizaram. Senão vejamos: **1.** As tarifas e preços das empresas privatizadas produziram um aumento expressivo dos custos dos insumos de uso generalizado. **2.** O investimento em infraestrutura passou a correr atrás da demanda, gerando gargalos e pontos de estrangulamento. **3.** As grandes empresas “exportaram” seus departamentos de P&D e os escritórios de engenharia reduziram dramaticamente seus quadros. **4.** Iniciativas importantes, como o Centro de Pesquisas da Telebras, foram praticamente desativadas.

Na visão binária dos liberais, Estado e Mercado deixam de ser instâncias constitutivas do capitalismo enquanto sistema histórico de relações sociais e econômicas e passam a representar alternativas abstratas de organização da sociedade. “Como o senhor prefere, mais Estado ou mais Mercado?” Desconfio que algumas teorias serviriam melhor como um guia de instruções para garçons de restaurantes baratos. •

INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO (% DO PIB), BRASIL, 1948 A 2018
Nova série compatibilizada para o SCN ref. 2010 com correções das quebras metodológicas e *dummy* financeiro

Fonte: IBGE. Elaborado por Paulo Morceiro para o blog Valor Adicionado

PAULO NOGUEIRA BATISTA JR.

Independência ou morte!

▶ Povos subordinados sempre são submetidos aos interesses das metrópoles

"A independência está para os povos como a liberdade para o indivíduo", definiu De Gaulle, com a autoridade de quem deu tudo de si para salvar a independência ameaçada da França durante a Segunda Guerra Mundial. No mesmo espírito, poderíamos dizer que a independência ou autonomia nacional é a capacidade de um país de definir o seu destino. Essa independência é crucial e intransferível, pois nenhum país que se preze pode confiar o seu destino a outras nações, por mais próximas que pareçam, por mais amigas que possam ser consideradas. As nações, dizia também De Gaulle, não têm amigos, mas interesses. Só os países que têm vocação para colônia ou protetorado abdicam da sua independência.

Estamos comemorando, nesta semana que entra, 200 anos da nossa independência política. O brasileiro, sempre inclinado a desvalorizar o Brasil, gosta de desdenhar da independência, dizer que ela não se realizou, que foi um fiasco etc. Não vou seguir essa toada vira-latista. A independência em 1822 foi um grande feito luso-brasileiro, em especial porque foi alcançada sem romper a unidade nacional, preservando o imenso Brasil que temos até hoje, com poucas modificações territoriais posteriores. Se o leitor pensa que é pouco, que olhe para a América Hispânica, que após a independência se fragmentou em 19 países, a despeito dos esforços de um Simón Bolívar.

Paradoxal que se possa dizer, como disse no parágrafo anterior, que a independência do Brasil em relação a Portugal tenha sido *um feito luso-brasileiro*. Mas foi. O acordo entre João VI e Pedro I foi a pedra de toque. Permitiu uma transição relativamente pacífica e funcionou como eixo contra as tendências centrífugas que se manifestariam em diversas províncias até os anos 1840, em especial no período da Regência. Com dificuldades, o Rio de Janeiro prevaleceu e o Brasil se manteve unido, como um dos gigantes do planeta.

João VI merece mais consideração do que tem recebido, diga-se de passagem. A sua decisão de transplantar a capital para o Rio de Janeiro foi corajosa e sábia. Repare, leitor, que ele fez o que as elites francesas se recusaram a fazer em 1940. O que De Gaulle defendia, quase sozinho, foi exatamente o que o príncipe regente de Portugal havia feito em 1808 – transplantar o governo para o Império, e continuar a luta. Pétain e outros preferiram a rendição, enquanto De Gaulle e uma minoria de inconformados se instalaram em Londres para dar sequência à guerra contra a Alemanha.

A decisão de 1808 foi, como se sabe, o primeiro grande passo para a independência do Brasil. E, se dependesse de João VI, a Corte teria ficado permanentemente no Rio de Janeiro, nova sede do Império Português, ou Luso-Brasileiro. Porém, as Cortes rebeladas em Portugal forçaram o retorno do rei, que percebendo tudo recomendou ao filho, antes de partir para Lisboa, que se preparasse para liderar a independência do Brasil. Segunda grande jogada de João VI.

Pedro I é outro que merece tratamento melhor do que tem recebido dos brasileiros. O seu grito de rebelião ressoou no Brasil inteiro. Arrancando as insígnias de Portugal, proclamou: "Laços fora, soldados! As Cortes de Portugal querem nos escravizar. Independência ou morte!" Não me venham, por favor, dizer que "Ah, mas houve isso, houve aquilo, Pedro I continuou português, não abraçou a causa brasileira inteiramente etc." Não se engane, querido leitor e compatriota: é *sempre* possível depreciar qualquer coisa. As grandes nações nunca fazem isso com os seus momentos de virada histórica. Os franceses nunca ou quase nunca pensam em reabilitar Pétain e seus asseclas. Os ingleses não ficam repisando os pontos fracos de Winston Churchill, que não são poucos, diga-se. As lendas nacionais são, sim, submetidas ao crivo analítico e crítico da História, mas não de forma indiscriminada e destrutiva.

Volto ao Brasil. Sim, leitor, independência ou morte! A escolha é clara: independência ou a vida diminuída das colônias e das nações subordinadas! Se existissem nações hegemônicas benevolentes, ainda poderíamos optar por nos colocar à sombra de uma delas. Mas isso nunca existiu e nunca existirá. A dinâmica política interna nos países mais avançados exige que o interesse nacional passe na frente dos interesses dos povos colonizados ou subordinados. Estes serão submetidos ao propósito de facilitar a solução dos problemas e conflitos da metrópole, como mostra inequivocamente a história milenar dos impérios de todos os tempos.

Vamos, portanto, comemorar sem inibições os 200 anos do Grito do Ipiranga, valorizar o que alcançamos e lutar para que a nossa independência seja preservada e reforçada no século XXI e depois. •

paulonbjr@hotmail.com

BAPTISTÃO

De operário a patrão

PROTAGONISTA Altair Vilar, ex-sindicalista, foi da demissão da Usiminas ao comando de um negócio de 3 bilhões de reais

POR WILLIAM SALASAR

O sindicalista metalúrgico que virou empresário Altair Vilar não quer saber de investidores no Cartão de TODOS e na sua rede de clínicas Amor Saúde. "Trazer investidor para participar, não vou. Se tivesse investidor, não teria condições de continuar com 24 reais a consulta. Poderia passar a 70 reais, mantendo a mesma quantidade de afiliados, mas não é esse o objetivo", assegura. "O motivo de existir de uma empresa é suprir uma necessidade da comunidade, da sociedade."

Vilar encontrou na necessidade de uma alternativa acessível entre os planos de saúde e o SUS o segredo para prosperar no disputado mercado de atendimento médico de base. Sua rede concorre com companhias do porte do Dr. Consulta, da clínica SIM (Fortaleza) e da Dr. Tudo (Rio de Janeiro), todas bafejadas com vultosos investimentos de firmas de capital de risco, entre elas a Monashees e a Kaszek, líderes nos aportes em *healthtechs* na América Latina. Em 2021, em plena pandemia, a TODOS Empreendimentos teve faturamento estimado em 3,2 bilhões de reais, praticamente o dobro do valor de 1,6 bilhão do ano anterior. A companhia que começou com 5 mil afiliados, em 2001, chegou a 1,9 milhão em 2018 e hoje tem 5 milhões de clientes ativos, ou seja, aqueles em dia com suas mensalidades e usuários recorrentes dos serviços do cartão. A pandemia quase fez a empresa fechar as portas, mas Vilar impôs uma campanha de afiliações ultra-ambiciosa à sua força de vendas de 4,5 mil funcionários – "todos com carteira assinada", frisa. Resultado: no dia D, em 21 de abril de 2020, o número de novas afiliações saltou da média de 1,8 mil a 1,9 mil para 10 mil. Em outubro, foram 182 mil afiliações no mês, recorde absoluto desde a fundação do negócio há exatos 21 anos, quando Vilar foi demitido da Usiminas assim que deixou seu segundo mandato como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Ipatinga, no Vale do Aço de Minas Gerais.

O operário adquiriu a *expertise* em negócios e finanças como presidente do clube de investimentos dos funcionários da siderúrgica. Como presidente do sindicato, desfiliou-se da Força Sindical e uniu-se à Central Única dos Trabalhadores. A inspiração do cartão TODOS (Trabalhadores Orientados em Defesa da Organização Social, mote da oposição metalúrgica de Ipatinga, em 1985) veio das visitas ao Ig Metall, o maior sindicato metalúrgico do mundo, com 2,27 milhões de filiados na Alemanha, e seu modelo assistencialista. "O mais difícil de alcançar foi a afiliação das primeiras 5 mil famílias em Ipatinga", recorda. Nos anos seguintes, o projeto foi expandido para as cidades vizinhas e, depois, para todos os estados do País, tornando-se um dos maiores cartões de descontos do Brasil. O carro-chefe é a clínica popular AmorSaúde, com 376 unidades que oferecem atendimento primário, de baixa e média complexidade, exames médicos em associação com alguns dos maiores laboratórios do País e serviços odontológicos. Emprega 8,5 mil médicos, 4,5 mil dentistas e cerca de mil paramédicos. Os afiliados

A TODOS oferece planos de saúde acessíveis às classes C e D

Sensibilidade. Vilar rejeita investidores, aposta em preços baixos e diz: "O motivo de existir de uma empresa é suprir uma necessidade da sociedade"

são famílias que pagam mensalidades de 27,50 reais, não importa o número de dependentes. A consulta com um clínico geral custa 24 reais. As especialidades custam 32 reais, e os exames, de 8 a 14 reais – valores congelados desde novembro, quando a mensalidade era de 25 reais.

Vilar também expandiu o leque de serviços do cartão de descontos para a área educacional. Oferece 1,2 mil cursos (a maioria profissionalizantes) para 226 mil alunos, a 9,99 reais. Outra vertente é uma incubadora de franquias, que constituem, aliás, um dos pilares da expansão do cartão TODOS. As franquias são de propriedade mista: as próprias e aquelas em regime de parceria, onde a empresa mantém 20% da sociedade. Nesse caso, a parceria é com a iniciativa privada, com empresários próximos ao quadro societário (médicos, administradores e outros), que investiram e fomentaram o crescimento da rede. O projeto Minha Franquia, Meu Negócio existe há cerca de cinco anos, com uma média de 15 a 20 colaboradores anualmente escolhidos para se tornarem empresários e franqueados da rede. "Incentivamos o empreendedorismo: é melhor ter um parceiro do que um empregado", assinala o ex-metalúrgico.

O segredo da rentabilidade está no cartão de descontos, aceito em cerca de 11 estabelecimentos no País, e que fez a companhia ficar conhecida. "A margem por consulta é muito apertada e você precisa achar outras formas de ganhar dinheiro. O que o Cartão de Todos faz? Cobra mensalidade para dar desconto nas consultas e isso dá recorrência", afirma Luís Mazzarella, sócio da JK Capital. "Se você pensar que o Brasil tem 47 milhões de vidas nos planos de saúde, eles são muito grandes."

Vilar credita o crescimento do TODOS à soma de alta escala e baixo preço, cerne de sua "administração solidária" (título de seu livro que mescla autobiografia com a história do País desde os anos 1950 e doutrinas consagradas de administração, como gerência por objetivo, do guru do *management* Peter Drucker). "Praticamos o modelo de precificação chinesa: cobrar pouco e vender muito", resume. Colecionador de corujas, com cerca de 2 mil peças, o empresário está de olho no mercado internacional e na classe E. Já instalou 13 unidades em Bogotá, postos experimentais no Chile e nos Estados Unidos, e até o fim do ano pretende entrar no México. O maior desafio é, no entanto, estender seu cartão de descontos aos 20 milhões de brasileiros da classe E, que não têm condições de assumir uma mensalidade de 27,50 reais, mais consulta, exames, remédios, que somam um ônus de 375 reais, em média. "Tentamos elaborar algo específico. Esse é um dos maiores desafios nossos: ver como ampliar o atendimento às camadas mais necessitadas, o que podemos fazer, de fato, sem enganar os clientes. Estamos empenhados e acreditamos piamente que o ano que vem será um ano de soluções, que o Brasil todo vai ter soluções", afirma.

REDES SOCIAIS E MILENA ALMEIDA

“NÃO QUEREMOS A CHINESADA ENTRANDO AQUI E ACABANDO COM NOSSAS FÁBRICAS

PAULO GUEDES, ministro da Economia

Custos em alta

▶ O preço das matérias-primas pressiona as empresas, principalmente no Brasil

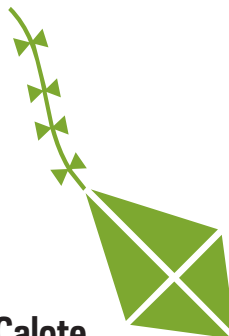
Os custos com matéria-prima tiveram maior peso na inflação para 31% das empresas brasileiras nos últimos 12 meses, aponta o estudo *International Business Report*, da consultoria Grant Thornton, realizado em 28 países com mais de 4,6 mil empresários. Na América Latina, o impacto dessa despesa foi de 30%, 10 pontos porcentuais acima da média global de 21%. Outros custos que causaram impacto nos negócios, segundo os entrevistados, foram os de serviços públicos de energia, de transporte e os impostos, que no Brasil tiveram peso de 26% em cada um desses itens, enquanto na região registraram 22%, 24% e 21%, para a média global de 20%, 20% e 17%, respectivamente. Além disso, os custos de equipamentos também inflacionaram os negócios em 25% para os empresários brasileiros, 21% na América Latina e 18% na média global. Em seguida, vêm os custos bancários (juros), com 23% no Brasil, 19% na América Latina e 16% na média global. No Brasil, entre os itens avaliados, os salários tiveram o menor impacto na alta dos custos dos negócios (18%), índice próximo ao registrado na América Latina e na média global, que ficou em 17% em ambas. No caso de aumentos salariais na faixa de 1% a 10%, o impacto foi de 26%. Na faixa de 11% a 20%, o impacto caiu para 20%. Na faixa entre 21% e 30%, o impacto foi de 13%.

ISTOCKPHOTO E ISAC NÓBREGA/PR

CARBONO NO CERRADO

A Companhia Brasileira de Alumínio e a desenvolvedora de projetos de economia verde Reservas Votorantim anunciaram a emissão dos primeiros créditos de carbono do Cerrado. A Votorantim certificou uma área de 11,5 mil hectares em Goiás, capaz de gerar cerca de 50 mil créditos de carbono por ano. Perto de 316 mil créditos foram emitidos e serão leiloados a um valor estimado de 5 milhões de dólares. A referência são os créditos de carbono emitidos no bioma Amazônia (10 a 18 dólares a tonelada). A Votorantim calcula que o valor precisaria chegar a 40 dólares a tonelada para os sojicultores manterem o bioma no Cerrado.

Verde

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social lançou o segundo edital de Chamada para Aquisição de Créditos de Carbono no Mercado Voluntário, no montante de 100 milhões de reais, para o desenvolvimento de um mercado para comercialização dos títulos de carbono e incentivar padrões de qualidade dos projetos. A chamada contempla projetos de reflorestamento, redução de emissões por desmatamento e degradação florestal, energia (biomassa e metano) e agricultura sustentável. Serão contratadas, no máximo, duas propostas apresentadas por proponente, no valor total de até 25 milhões de reais.

Calote

Pesquisa da empresa europeia de cobranças Intrum com 700 companhias de pequeno a grande porte mostra que 66% acreditam que o risco de atraso ou calote nos pagamentos vai aumentar nos próximos 12 meses. Atualmente, 61% das companhias estão com dificuldades de pagar seus fornecedores em dia, em razão da inflação. Entre 2021 e 2022, saltou de 47% para 56% a proporção de empresas que precisaram pedir para estender os prazos de pagamento aos fornecedores, por causa das incertezas macroeconômicas. A Intrum publica o Relatório sobre Pagamentos na Europa desde 1998. Este é o segundo no Brasil.

Rastro

A Renner, maior varejista de moda do Brasil, com 17,7 milhões de clientes em seu ecossistema e receita de 9,5 bilhões de reais em 2021, lançou a primeira coleção de *jeans* rastreada por *blockchain*, que permite acompanhar todo o ciclo produtivo, do cultivo do algodão à fabricação das peças, no 13º Congresso Brasileiro do Algodão, em Salvador (BA), onde mostrou a novidade para os donos da matéria-prima: os produtores da fibra que garantem a origem certificada do jeans. O anúncio de que as peças iriam para o mercado foi feito em maio, com o início das operações em junho e julho, ainda como um projeto piloto.

NÚMEROS

10 mil

motos foram produzidas pela Cutati na fábrica de Manaus, que completa dez anos

85,3 milhões

de reais, à vista, o Sebrae pagou pela sede do Instituto de Resseguros do Brasil

1 kg

de fertilizante é o valor-base da CibraCoin, criptomoeda lançada pela empresa de fertilizantes Cibra

O vento frio da Geórgia

TheObserver A investigação sobre a tentativa de interferência eleitoral no estado é a mais ameaçadora para Trump

POR CHRIS MCGREAL

Os advogados de Donald Trump têm feito valer o que ganham. Os assessores jurídicos do ex-presidente dos Estados Unidos correram para apagar um incêndio após o outro nos últimos meses, enquanto defendem Trump de investigações sobre a ocultação de documentos secretos em Mar-a-Lago, sua participação na invasão do Capitólio durante seus últimos dias no cargo e duas sondagens sobre seus negócios em Nova York.

O maior perigo legal para Trump pode, no entanto, vir do trabalho silencioso de um júri na Geórgia que ouve evidências de suas tentativas ilegais de anular o resultado da eleição presidencial de 2020 no estado e impedir que Joe Biden assumisse o poder. “É uma ameaça jurídica maior para o presidente e alguns de seus seguidores do que qualquer outra investigação que esteja em curso agora”, disse Ronald Carlson, um dos principais advogados do estado e professor da faculdade de direito da Universidade da Geórgia. “Algumas das possíveis acusações acarretam penas muito sérias.” Segundo Carlson, mesmo que Trump fosse processado por retirar documentos confidenciais da Casa Branca, outras autoridades que desviaram material secreto receberam apenas condenações por contravenção e liberdade condicional, entre elas o ex-diretor da CIA David Petraeus.

As investigações de Nova York, prossegue o advogado, sobre denúncias de fraude financeira estão mais focadas nas empresas de Trump do que no ex-presidente. Ainda não está claro quais acusações criminais, se houver, poderão sair da investigação do Congresso sobre o ataque de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio.

Mas Carlson disse que a forte evidência do amplo esforço de Trump para reverter sua pequena derrota para Biden na Geórgia, ao pressionar autoridades estaduais a cometer fraudes, coloca o ex-presidente diretamente no centro de uma investigação sobre supostos crimes que acarretam penas mais graves do que aquelas que ele poderá enfrentar nas outras investigações.

> O ex-presidente corre o risco de ser punido de forma severa pelos crimes

Uma análise da Brookings Institution, grupo de pesquisadores em Washington, concluiu que Trump está “em risco substancial de possíveis acusações estaduais baseadas em múltiplos crimes” após o que descreveu como seu “ataque constante” ao processo eleitoral na Geórgia. Entre outras alegações, os promotores parecem considerar leis anticonspiração escritas para combater o crime organizado, que potencialmente acarretam longas penas de prisão. Em Atlanta, a promotora do condado de Fulton, Fani Willis, reuniu um “júri de propósito especial” para passar até um ano focado na tentativa multifacetada de Trump de alterar o re-

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 49
The Observer. A longa espera de Charles pelo trono da Inglaterra

sultado da eleição na Geórgia. Willis parece construir um corpo substancial de depoimentos de alguns dos aliados mais próximos do republicano que testemunharam as ações do presidente derrotado e, em alguns casos, intervieram, incluído seu advogado e conselheiro Rudolph Giuliani, ex-prefeito de Nova York. Dois dias antes de testemunhar no mês passado, Giuliani foi informado de que também é alvo da investigação criminal.

O júri também busca o depoimento da senadora Lindsey Graham, ardente convertida a Trump que entrou em contato com autoridades da Geórgia para alterar a votação, e do ex-chefe de gabinete da Casa Branca Mark Meadows. Os advogados disseram que, dado que quaisquer acusações contra o ex-presidente inflamariam ainda mais a política crua dos Estados Unidos, Willis vai querer garantir que tem um caso hermético para evitar acusações de perseguição política. Isso também significa que qualquer decisão de processar pode ocorrer no momento em que a próxima campanha presidencial estiver para decolar, com Trump insinuando que concorrerá novamente.

Pressão. Trump e Giuliani constrangeram republicanos e funcionários públicos a alterar de forma fraudulenta o resultado das urnas no estado

ANDREW CABALLERO-REYNOLDS/AFP E JIM WATSON/AFP

As provas apresentadas ao júri são secretas, mas qualquer caso contra Trump provavelmente será construído em torno de uma gravação de sua ligação ao secretário de Estado republicano da Geórgia, Brad Raffensperger, para exigir que ele "encontrasse" votos suficientes para derrubar a vitória de Biden no estado. Quando Raffensperger rejeitou o pedido, Trump fez ameaças vagas de acusá-lo de um crime por não investigar as ale-

gações de que os democratas haviam fraudado a votação. "Você sabe o que eles fizeram e não está denunciando. Você sabe, isso é uma ofensa criminal. E você sabe (*que*) não pode deixar isso acontecer. É um grande risco para você", disse o então presidente a Raffensperger.

Trump conversou com outros republicanos da Geórgia, entre eles o governador Brian Kemp e o procurador-geral Chris Carr, para instá-los a contestar a apuração de votos no estado. Eles também resistiram à pressão. Raffensperger e Carr já depuseram ao júri. Kemp resiste a uma intimação.

O então presidente também tentou fazer com que funcionários federais do Departamento de Justiça interviessem. Seus advogados entraram com uma série de ações judiciais com alegações extraordinárias de interferência estrangeira e outras teorias conspiratórias. Todas foram rejeitadas. Quando tudo isso falhou, Giuliani e outros fizeram uma falsa declaração de que a lei permitia à legislatura da Geórgia substituir seus integrantes do colégio eleitoral por uma chapa que votaria no presidente derrotado. Os legisladores se recusaram a fazer o mesmo jogo

Os promotores analisam recorrer a leis que punem o crime organizado para acusar o republicano

e a campanha de Trump enviou 16 "falsos eleitores" com certificados eleitorais falsos – outra tentativa fracassada de derrubar a eleição replicada em seis outros estados perdidos por Trump.

Willis contou a alguns dos envolvidos na trama dos falsos eleitores que eles são alvo de investigação criminal pelo júri, incluindo o presidente do Partido Republicano na Geórgia, David Shafer, e um senador estadual, Brandon Beach. Carlson disse que a combinação das ações de Trump potencialmente equivale a um corpo substancial de evidências de grandes irregularidades. "O foco para este júri é a solicitação de fraude eleitoral. Presumivelmente, a maioria das evidências que eles têm recebido se concentrará nisso. Então haverá declarações falsas ao estado ou a outros órgãos governamentais. A criação de uma lista de eleitores, que assumiu a posição de que Trump tinha vencido a eleição, ficará sob esse tipo de guarda-chuva. Então, provavelmente, teremos o júri analisando conspiração criminosa e violação de juramento."

Uma combinação de todas ou algumas dessas acusações também poderá abrir caminho para que Trump seja processado por um padrão de atos criminosos sob o estatuto de Organizações Fraudadoras Influenciadas e Corruptas (Rico) da Geórgia. Embora o Rico seja mais comumente associado à acusação de crime organizado, Willis o usou sete anos atrás para condenar 11 professores de Atlanta por fraudar notas de exames de seus alunos. O promotor público trouxe um especialista em Rico para a investigação de Trump.

O júri especial poderá reunir-se até maio próximo, dando-lhe tempo suficiente para juntar provas. Mas, ao contrário dos júris regulares, que se reúnem por apenas dois meses e emitem acusações, ele só pode apresentar um relatório recomendando a acusação. Willis deve então decidir se segue essa recomendação e nomear um júri regular para buscar uma acusação contra Trump ou qualquer outro envolvido.

Carlson previu que, se o júri especial recomendar a acusação, a promotora pública seguirá em frente. "Ela é uma defensora muito vigorosa e ousada. Acredito que vá seguir em frente", disse.

Para a Brookings Institution, se Trump for acusado de um crime, é provável que ele afirme que não pode ser responsabilizado por seus atos como presidente. Mas disse que a defesa provavelmente falhará, pois a isenção de responsabilidade se estende apenas a atos praticados pelo presidente que estavam no âmbito de seus deveres legais. •

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Processo. Uma comissão do Congresso investiga a invasão do Capitólio

COMITÊ 6 DE JANEIRO/CONGRESSO DOS EUA

O príncipe sem carisma

TheObserver Conseguirá Charles sair da sombra da mãe e preservar a monarquia após o longo reinado de Elizabeth II?

POR CATHERINE MAYER

JUSTIN TALLIS/AFP

Poucos de nós se lembram de um mundo sem a rainha Elizabeth, ou, até recentemente, imaginavam um. Durante sete décadas, o Reino Unido e a maioria dos outros reinos da Comunidade Britânica trataram questões sobre abandonar a monarquia, ou o que esperar do sucessor, mais como devaneios mentais do que como assuntos urgentes. Seu filho mais velho, ao contrário, há muito luta com ambas as proposições e reconhece na popularidade inigualável de sua mãe um fenômeno que simultaneamente assegura seu caminho ao trono e complica seu destino singular. Nascido para preservar a coroa e transmiti-la, o príncipe Charles às vezes duvida que conseguirá alguma dessas coisas.

Ele é, como resultado e por natureza, ansioso. Vê ameaças existenciais por trás de cada tapeçaria. Auxiliares empolgados podem encorajar essa tendência. Em 2015, publiquei uma biografia na qual examinava sua estranha existência, seu personagem, ora envolvente, ora irritadiço, e as crenças surpreendentes que impulsionaram seu intervencionismo da vida inteira e incansável angariação de fundos para as instituições de caridade que ele se sentiu impelido a fundar. Assustadas com a cobertura pela imprensa de algumas revelações do livro, fontes anônimas do palácio partiram para o ataque, emitindo falsas negações sobre o acesso extraordinariamente generoso a Charles, seus amigos e funcionários que sustentaram minha pesquisa.

Esse erro de julgamento – ninguém na Clarence House havia lido o livro, e a reação foi uma publicidade mais eficaz do que eu poderia ter feito – é menor, mas revelador. A família real habita um universo paralelo, dependente de assessores e aliados para nos explicar a eles e eles a nós. O arranjo manteve a maioria dos integrantes livres de escrutínio, mas também distantes da realidade e protegidos tanto pelo desinteresse quanto pelo apoio ativo do público. As cortes são acidentes à espera de acontecer, estruturas medievais apenas parcialmente adaptadas à era moderna e chefiadas por gente que nunca, no sentido comum, teve um emprego. A punição por erros era menor numa época menos comunicativa e antes que uma recente série de desastres mergulhasse faixas mais amplas da população na precariedade. O olhar do público tornou-se mais implacável, mais incansável, assim como sua opinião. Mesmo assim, se os Windsor desejarem ver os maiores perigos para a sobrevivência da monarquia, basta se olharem no espelho.

> Se os Windsor desejarem ver os maiores perigos para a sua sobrevivência, basta se olharem no espelho

Os últimos anos – os anos de Meghan e

Harry, os de Andrew e Jeffrey Epstein, os de dinheiro por honras e acesso, os anos de fragmentação e fratura familiar – atingiram a instituição como uma bola de demolição. Considere o trio de ameaças que os conselheiros de Charles consideravam, até essa onda de ferimentos autoinfligidos, um "cenário de pesadelo" para o início bem-sucedido de seu reinado. Eles morderam os dedos diante da possibilidade de que a Comunidade de Nações pudesse escolher alguém além dele como próximo líder da organização. Temiam que o fracasso em concordar com o futuro título de sua segunda esposa antes de sua ascensão – princesa ou rainha consorte – levantasse o fantasma de sua primeira esposa. Temiam que um reino caribenho inquieto pudesse aproveitar o momento de transição para se tornar uma república.

Quão insignificantes parecem agora essas duas primeiras preocupações, ambas rapidamente resolvidas – e quão dolorosamente esses assessores reais subestimaram a terceira. Barbados não se preocupou em esperar por um novo soberano e rompeu com a coroa no ano passado. Seis dos reinos caribenhos restantes sinalizaram o desejo de seguir o exemplo. O doloroso percurso dos duques de Cambridge, William e Kate, pela região em março provocou consternação nos palácios reais, mas muito pouca compreensão para se mudar a chocante coreografia de uma expedição semelhante dos Wessex – o príncipe Edward e a esposa, Sophie – no mês seguinte. Os manifestantes em todas as etapas apontaram as maneiras como a realeza é beneficiada em termos econômicos e sociais pelo império e a desigualdade, a escravização e a exploração. Nenhum dos oficiais do palácio envolvidos no planejamento das viagens parecia ter entendido como essa herança se entrelaça com Windrush e outras narrativas mais recentes de injustiça, seja de vidas negras extintas pela polícia que deveria protegê-las

Charles é uma figura polarizadora em um mundo cada vez mais polarizado

ou de uma mulher de cor esmagada e desrespeitada pela instituição a cujo serviço seus sogros viajaram.

Meghan, como Diana, não foi silenciosamente, mas os integrantes da realeza restantes parecem não compreender a escala das consequências da partida dos Sussex. Em vez disso, ainda discutem sobre lembranças que na verdade diferem. Ao escrever uma nova seção substancial de minha biografia de Charles, pareceu importante desfazer as reivindicações e contra-alegações desse conflito, mas não à custa da imagem maior. Seja qual for a verdade em que você venha a acreditar, o dano, pessoal e institucional, é profundo.

Conhecidos de Harry relatam que o rompimento com sua família o deixou arrasado, e ele não é o único a sofrer. Seu irmão, William, está muito ferido, diz uma dessas fontes, e sua angústia se expressa, como tem feito desde a perda de sua mãe, como fúria. Outra fonte fala da "dor muito profunda" de Charles.

William e Kate parecem irremediavelmente maculados aos olhos de seções significativas de seus potenciais futuros súditos no Reino Unido, bem como nos reinos estrangeiros, e esse não é de forma alguma o único legado do afastamento. Quem sabe o que as memórias de Harry, esperadas para o fim deste ano, causarão – e seu pai tem muito a temer. A óbvia afeição de Charles por seus meninos e a felicidade radiante com Camilla co-

Prestígio abalado. O jubileu do reinado de Elizabeth animou as ruas de Londres, mas a família real está mergulhada em escândalos mundanos e mágoas infindas

THE ROYAL FAMILY E ANDREW PARSONS/NUMBER 10

meçaram a torná-lo querido pelo público. Essa imagem tem sido tisnada no momento em que escândalos mais antigos voltam à baila. A entrevista de seu irmão Andrew a Emily Maitlis, da BBC, não foi apenas um gol contra. Ele revelou a cumplicidade da realeza em continuar a fornecer um porto acrítico, apesar da associação de Andrew com um pedófilo condenado e das acusações de agressão sexual feitas por Virginia Giuffre. No funeral do príncipe Philip, a rainha sentou-se encurvada e sozinha em seu banco para um serviço de Estado reduzido pelas precauções da Covid a dimensões mortais – um ícone de dor e dignidade. Na época do memorial maior de seu marido, a atenção concentrou-se na presença chocante de Andrew ao lado dela e nas implicações prejudiciais de dar a ele tal destaque.

Como rei, é provável que Charles receba muito mais presentes caros, mas também se beneficiará diretamente da verba soberana anual, destinada ao cumprimento dos deveres de chefe de Estado. Tais deveres serão seu foco. Seus dias de tentar obter financiamento para seu império de caridade dos doadores ricos que sua equipe chama de "vilões de Bond" deveriam ter acabado. "Claramente, não poderei fazer as mesmas coisas que fiz como herdeiro, então é claro que você opera dentro dos parâmetros constitucionais", declarou ele em um documentário da BBC sobre seu 70º aniversário.

O perigo para ele – e a monarquia; essas coisas são indivisíveis – é que sua história é cravejada de munições não detonadas. Na nova edição da minha biografia de Charles, revisito um pequeno jantar privado de angariação de fundos do qual participei em 2013 na Dumfries House, uma mansão na Escócia transformada numa base para suas caridades e iniciativas. Sete convidados naquela noite, apoiadores existentes ou potenciais, seriam posteriormente envolvidos em notícias sobre contravenções, criminais ou não. Isso não quer dizer que os convidados foram culpados de impropriedade, mas que o rei Charles será julgado não apenas por suas decisões futuras, mas por associações e ações passadas. Estas incluem sua decisão de renomear e promover seu ex-camareiro Michael Fawcett a cargos cada vez mais altos, apesar de duas renúncias e controvérsias em série. Como então executivo-chefe da Dumfries House, Fawcett presidiu o jantar de 2013. No fim do ano passado, ele renunciou a todos os seus cargos reais, desta vez em meio a denúncias de que solicitou uma doação de caridade em troca da promessa de um título de cavaleiro. Em fevereiro, a Scotland Yard lançou uma investigação sob a Lei de Honras (Prevenção de Abusos) de 1925.

Charles permanece uma figura polarizadora que tenta navegar em um mundo cada vez mais polarizado. O principal papel de um chefe de Estado é unificar. Esse poderá ser um trajeto acidentado. •

Extraído de Charles: The Heart of a King, *de Catherine Mayer, nova edição publicada por WH Allen em 25 de agosto de 2022, 10,99 libras.*

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves.

Herói para quem?

MEMÓRIA Cultuado no Ocidente, Mikhail Gorbachev deixou legado ambíguo para a sociedade russa

POR RODRIGO MARTINS

Último líder soviético, responsável por firmar históricos acordos de redução do arsenal nuclear com os EUA e encerrar a Guerra Fria sem derramamento de sangue, Mikhail Gorbachev morreu na terça-feira 30, aos 91 anos, após prolongada batalha contra uma doença não revelada pelas autoridades russas. Suas reformas promoveram uma abertura política e econômica sem precedentes, mas não evitaram o colapso da União Soviética, com o reconhecimento da independência de 15 Estados.

Oriundo de uma família de camponeses da cidade russa de Stavropol, Gorbachev conciliou os estudos secundários com o trabalho agrícola, auxiliando o pai na lida com uma colheitadeira. Em 1952, ingressou no Partido Comunista e, três anos mais tarde, graduou-se em Direito pela Universidade de Moscou. Com a experiência adquirida no campo, foi designado para a chefia do departamento de agricultura de Stavropol no início dos anos 1960 e, ao término daquela década, havia chegado ao topo da hierarquia partidária na região. Era uma estrela em ascensão.

Com as bênçãos de Mikhail Suslov e Yuri Andropov, integrantes do Politburo, responsável pela implementação das políticas públicas na União Soviética, elegeu-se para o Comitê Central do Partido Comunista em 1971 e passou a atuar em missões diplomáticas no exterior. De volta a Moscou, tornou-se integrante pleno do Politburo e ampliou sua influência a partir de 1982, quando o seu mentor, Andropov, tornou-se secretário-geral do partido. Em pouco tempo, Gorbachev ganhou prestígio entre seus pares com um discurso de combate à corrupção e à ineficiência estatal.

Ao se tornar secretário-geral do Partido Comunista, em 1985, aos 54 anos, o líder buscou revitalizar a gestão da União Soviética, introduzindo algumas liberdades políticas e econômicas. Ao lançar um ambicioso programa de reestruturação da economia, a *Perestroika*, Gorbachev reconheceu a superioridade tecnológica das potências ocidentais e tentou correr atrás do prejuízo. Com a *Glasnost*, sua política de transparência, a imprensa passou a ter uma liberdade antes inimaginável de criticar o governo, mas isso também encorajou protestos pela independência de várias repúblicas, como Letônia, Lituânia e Estônia.

> Para muitos, a dissolução da URSS representou um custo comparável à derrota em uma guerra de grandes proporções

As reformas introduzidas por Gorbachev eram limitadas, não há como negar. O governo soviético passou meses a minimizar os impactos do desastre nuclear de Chernobyl, em 1986, e até hoje há segredos guardados a sete chaves sobre as responsabilidades de agentes estatais na explosão do reator da usina, que provocou a morte imediata de dezenas de trabalhadores e de outros 4 mil habitantes da Ucrânia e países vizinhos, por conta das doenças causadas pela nuvem de material radioativo, segundo estimativas das Nações Unidas. Por outro lado, o líder soviético gastou mais de 40 bilhões de dólares, em valores corrigidos, para conter a radiação liberada no acidente – 200 vezes maior que a soma das bombas atômicas lançadas sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão – e descontaminar a área, o que levou o governo à falência e colaborou para o fim da URSS.

Um ano mais tarde, Gorbachev assinou um tratado com o então presidente dos EUA, Ronald Reagan, para eliminar os estoques de mísseis nucleares de alcance intermediário, o primeiro de vários acordos visando a redução do arsenal das superpotências. O líder soviético também ordenou a retirada das tropas do Afeganistão, em 1989, e não mobilizou tropas para sufocar o movimento pela reunificação da Alemanha, o que levou à Queda do Muro de Berlim em 9 de novembro daquele mesmo ano. Por se abster de usar a força, ao contrário de seus antecessores, que enviaram tanques para esmagar revoltas na Hungria, em 1956, e na Tchecoslováquia, em 1968, Gorbachev acabou agraciado com o Prêmio Nobel da Paz de 1991.

Embora não fosse a sua vontade, todos esses acontecimentos contribuíram para o esfacelamento do império soviético. Os protestos pró-democracia varreram

Em tese, Gorbachev imaginava democratizar e não esfacelar a União Soviética

HEINZ WIESELER/DPA/AFP

as nações do bloco comunista na Europa Oriental. Sob pressão externa e às voltas com uma grave crise econômica, ele assentiu com a criação de um novo Parlamento bicameral, com eleições diretas de parte de seus representantes. Ao cabo, em 8 de dezembro de 1991, os líderes das três principais repúblicas soviéticas, Rússia, Ucrânia e Bielorrússia, assinaram um acordo pela dissolução da URSS.

A despeito do prestígio amealhado no Ocidente, pelos movimentos decisivos para o restabelecimento da democracia nas antigas repúblicas soviéticas, Gorbachev é visto por ampla parcela da sociedade russa como o principal responsável pelo fim da superpotência e pelos anos terríveis da crise econômica que vieram na esteira da dissolução do bloco comunista. Não por acaso, ao concorrer à presidência da Rússia em 1996, recebeu apenas 0,5% dos votos. Suas reformas tinham como objetivo assegurar a sobrevivência do império, mas não foi isso que aconteceu, observa o historiador Rodrigo Ianhez, especialista em história da União Soviética, formado pela Universidade Estatal de Moscou, onde vive desde 2011.

"A vida entrou em um caos absoluto. Não existe uma analogia possível com o que aconteceu na URSS, um país que não perdeu uma guerra, mas teve uma queda dos índices socioeconômicos comparável à derrota em uma guerra de grandes proporções", afirma Ianhez. "Estamos falando de uma diminuição da população de cerca de 1 milhão de indivíduos por ano na Rússia, da diminuição em cerca de dez anos na expectativa de vida dos homens, de baixa natalidade, de migrações, de caos econômico, de trabalhadores sem receber salário. O país, que foi durante a Guerra Fria a segunda economia do mundo, entrou em um processo de desindustrialização também sem precedentes. Foi uma tragédia econômica e social."

Essa é a razão de o atual presidente russo, Vladimir Putin, ex-agente da KGB que precisou trabalhar como taxista após o esfacelamento da superpotência, classificar a dissolução do bloco soviético como "a maior catástrofe geopolítica" do século XXI. Por meio do porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, o líder limitou-se a expressar "suas mais profundas condolências" à família e aos amigos de Gorbachev.

Em antigas entrevistas à mídia russa, Putin disse que reverteria o colapso da URSS se pudesse. E há quem veja na recente invasão à Ucrânia uma tentativa de resgatar o antigo poderio da superpotência, ainda que o presidente russo justifique a incursão pelo descumprimento de um acordo de não expansão da Otan, a aliança militar das potências ocidentais, em direção às antigas repúblicas soviéticas. Gorbachev será sepultado no sábado 3 no cemitério Novodevitchi, em Moscou, ao lado da esposa, Raíssa, falecida em 1999. Putin não vai comparecer, alegou problemas de agenda. •

Fofocas na capela

VATICANO Crescem os rumores da renúncia de Francisco, mas o papa nega a intenção de abandonar o cargo

POR SERGIO LIRIO

Buscar os sinais da presença divina nos gestos mais banais é a prova de quão terrenos são os cristãos. Nem os cardeais escapam desse cacoete. Nos últimos dias, a ala da Igreja Católica que reza diariamente pelo fracasso do papa Francisco tem procurado nas corriqueiras ações do pontífice uma manifestação dos céus de que suas preces serão atendidas em breve. Crescem os rumores da renúncia de Jorge Bergoglio, 85 anos, alimentados pela idade avançada e por problemas recentes de locomoção. Os "sinais" inundam as seções especializadas em Vaticano dos principais jornais do mundo e ganharam especial destaque no fim de agosto. No domingo 28, Francisco visitou pela primeira vez o Santuário de Áquila, templo escolhido pelo antecessor Bento XVI para encerrar sua jornada no Vaticano, em 2013. Em Áquila está enterrado Celestino V, citado por Dante na *Divina Comédia*, o papa que renunciou ao posto quatro meses depois de assumi-lo, em 1294, assombrado por disputas políticas e econômicas no seu entorno. Antes da visita ao santuário, Bergoglio ordenou 21 novos cardeais, a maioria com menos de 80 anos, um deles com 48, portanto, candidatos a sucedê-lo no comando da Igreja.

Em entrevista à Reuters em julho, durante viagem ao Canadá, Francisco deixou a possibilidade em aberto, embora tenha refutado a intenção de abandonar a função em um futuro próximo. "Isso nunca entrou na minha mente. Por enquanto, não é verdade", afirmou o papa. "Mas, quando chegar a hora em que vir que não posso gerir a Igreja Católica por causa de problemas de saúde, vou fazê-lo. Esse foi o grande exemplo do papa Bento XVI. Foi uma coisa muito boa para a Igreja. Ele disse que os papas devem parar a tempo." No início de agosto, Bergoglio voltou ao tema. Segundo ele, a renúncia "não seria uma catástrofe". Agora, em Áquila, deu outro recado, ao "corrigir" o autor da *Divina Comédia*. "Recordamos equivocadamente a figura de Celestino como 'aquele que fez a grande recusa', segundo a expressão de Dante. Mas Celestino não era o homem do não, era o homem do sim. Foi uma corajosa testemunha do Evangelho, porque nenhuma lógica de poder foi capaz de aprisioná-lo e administrá-lo."

Os visíveis problemas de saúde do pontífice alimentam as especulações

A falta de transparência sobre o estado de saúde do papa alimenta os rumores. Desde a remoção de parte do cólon, em meados do ano passado, tornaram-se mais comuns as aparições públicas do pontífice em uma cadeira de rodas, o que não o impede de cumprir uma agenda cheia, tanto na Itália quanto no exterior. Entre 13 e 15 de setembro, o papa visitará o Cazaquistão. Vaticanista do jornal *Il Messaggero*, Franca Giansoldati descreveu como "inesperado" o consistório para a nomeação dos novos cardeais. "Parecia quase feito para acelerar as coisas. Logo depois ele anunciou que iria a Áquila. Alguém também pensou se tratar de um sinal de seu abandono do papado. Uma espécie de febre desenvolveu-se em torno dessas datas." A jornalista acrescentou: "O corpo do papa não lhe pertence, pertence à Igreja. Além disso, ele também é uma figura pública e há milhões de católicos no mundo que têm o direito de conhecer o estado de saúde do pontífice. Nem o colégio dos cardeais recebeu informações. Nesse contexto, fica claro que há boatos e notícias às vezes baseados em nada".

Entre a visita ao túmulo de Celestino V em Áquila e a renúncia propriamente dita, Bento XVI refletiu por quatro anos. Não está claro se a saúde permitirá a Francisco planejar a sucessão por tanto tempo. E se terá condições de influenciar na escolha de um nome capaz de manter seu legado. Em nove anos de papado, Bergoglio iluminou não só o Vaticano, mas o mundo. Em contraste com o bedel taciturno Ratzinger, mais preocupado com a liturgia do que em inspirar o rebanho, o argentino valeu-se da simpatia, humildade e uma dose certa de populismo latino-americano para se aproximar dos fiéis. Não teve medo da oposição interna e empreendeu mudanças cruciais na administração da Cúria. Apesar de derrapadas aqui e ali, estendeu as mãos

VINCENZO PINTO/AFP

Fadiga. Aos 85 anos e após a cirurgia no ano passado, o pontífice está cada vez mais dependente da cadeira de rodas, mas não abdica dos compromissos firmados

aos homossexuais e acabou com o ostracismo dos padres que pedem dispensa da batina para se casar. Não foi enfático na investigação de casos de pedofilia e abusos sexuais na Igreja, mas não acobertou os crimes revelados na última década. Substituiu a apatia política de Bento XVI pelo ativismo e tornou-se um estadista em um planeta carente de líderes e ideias. A encíclica *Laudato Si*, publicada em 2015, é um libelo em defesa do meio ambiente e uma crítica ao negacionismo e ao neoliberalismo.

"A política não deve se submeter à economia, e esta não deve se submeter aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia", diz um trecho. "Ao pensar no bem comum, hoje precisamos imperiosamente que a política e a economia, em diálogo, se coloquem devidamente a serviço da vida, especialmente da vida humana." Na *Fratelli Tutti*, de 2020, a ênfase está na luta pela igualdade, diversidade e fraternidade: "Aqui está um ótimo segredo para sonhar e tornar a nossa vida uma bela aventura. Ninguém pode enfrentar a vida isoladamente (...) precisamos de uma comunidade que nos apoie, que nos auxilie e na qual nos ajudemos mutuamente a olhar em frente. Como é importante sonhar juntos".

Quanto ao próprio futuro, Bergoglio indicou o desejo de, se e quando venha a renunciar, continuar o trabalho missionário em alguma igreja em Roma, longe das benesses do Vaticano. "Se eu sobreviver depois da minha demissão, gostaria de fazer algo assim: confessar e cuidar dos doentes".

A lenta volta do público

PESQUISA Quando a pandemia fechou tudo, as pessoas manifestaram o desejo de retomar as atividades culturais ao vivo. Mas, desde então, o *online* se impôs

POR ANA PAULA SOUSA

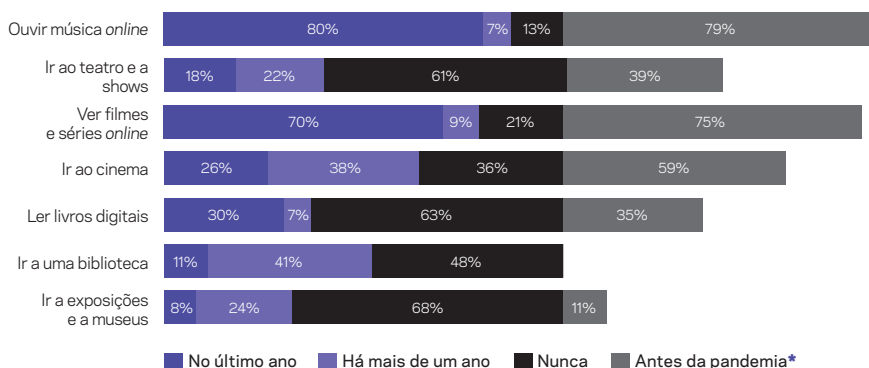
Impressões são impressões. Dados são dados. Embora todos saibamos disso, o cotejamento das percepções com evidências é, não raro, prejudicado pelas certezas preestabelecidas e pela falta de indicadores confiáveis.

No caso da cultura, especificamente, a transformação do ministério em uma secretaria subordinada ao Ministério do Turismo, em 2019, e a desarticulação do governo federal com estados e municípios tornaram ainda mais escassas a sistematização de dados e a organização de políticas de enfrentamento dos efeitos da pandemia sobre o setor.

A pesquisa Hábitos Culturais III, realizada pelo Datafolha em conjunto com o Itaú Cultural, funciona, nesse cenário, como uma bússola que nos ajuda a navegar pelo ecossistema cultural – que, obviamente, inclui os criadores, os produtores e os equipamentos, mas não pode prescindir do público.

E o que 62% das pessoas ouvidas disseram é que, do início da pandemia para cá, diminuíram a frequência em atividades de cultura e lazer. Apenas 26% dos entrevistados declararam ter retomado o ritmo que tinham antes de março de 2020. A pesquisa ouviu, entre junho e julho, 2.240 pessoas – em uma amostra estratificada, representativa da população brasileira.

O trabalho dá sequência a outros dois levantamentos, feitos em setembro de 2020 e junho de 2021. O primeiro apontou o quanto a cultura se tinha feito

A EVOLUÇÃO DAS PRÁTICAS DE CULTURA E LAZER
Melhora da pandemia não significou retorno aos hábitos de antes

* resposta dada na pesquisa realizada em 2021
Fonte: Itaú Cultural e Datafolha

TAMBÉM NESTA SEÇÃO →

pág. 60

Tanto mar. *A Viagem de Pedro* é um filme intimista com gosto de superprodução

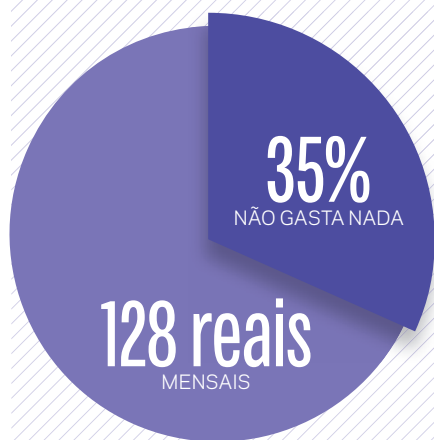
Consumo remoto. Entre os ouvidos pelo Datafolha e pelo Itaú Cultural, 62% disseram ter diminuído a frequência a teatros, shows, cinemas e museus

presente no cotidiano do isolamento social. A pesquisa Hábitos Culturais II, embora mostrasse um crescimento de 5% no número de pessoas que acessavam a internet diariamente – de 71% para 76% –, capturava um forte desejo de retorno ao presencial. Naquele momento, muitos cinemas, teatros e casas de show estavam reabertos, mas ainda funcionavam com restrições.

O que a nova pesquisa, divulgada na semana passada, revela é que a manifestação de desejo não tem se concretizado em ações. A reabertura dos espaços, a retomada da programação e a possibilidade de estar em ambientes fechados sem máscara pouco alteraram os hábitos adquiridos a partir de 2020.

As atividades mais praticadas continuam a ser, como em 2020 e 2021, aquelas *online*: ouvir música, assistir filmes e séries, ouvir *podcast* (a atividade que mais cresceu) e jogar *games*. Na comparação entre as respostas sobre os tempos pré-pandêmicos e os atuais, o hábito que mais se perdeu foi o de ir ao cinema (*ver quadros à esq.).*

Em 2021, 59% declararam ter ido ao cinema antes da pandemia. Agora, apenas 26% declaram ter ido ao cinema nos últimos 12 meses. As respostas vão ao encontro dos números sobre o mercado cinematográfico disponibilizados pela Agência Nacional do Cinema (Ancine).

Enquanto, em 2019, o circuito exibidor brasileiro vendeu 176 milhões de ingressos, em 2021 esse número foi de 50,6 milhões. No caso dos filmes brasileiros, a queda foi ainda mais acentuada. As produções locais tiveram uma participação de mercado de 1,4% – ante uma média,

AS DEZ ATIVIDADES MAIS REALIZADAS PELOS BRASILEIROS

Produtos oferecidos de forma virtual têm aceitação muito maior

Fonte: Itaú Cultural e Datafolha

ISTOCKPHOTO

na última década, de 13%. No primeiro semestre de 2022, de acordo com o *site* Filme B, o mercado deu sinais de recuperação e o cinema brasileiro também – alcançando um *market share* de 6,4%.

É fato que o encurtamento das janelas de exibição – ou seja, do tempo entre a estreias nas salas e a chegada ao *streaming* – e a popularização das plataformas aceleraram a adesão a uma nova forma de consumo audiovisual. Mas não se trata apenas disso.

As cadeiras mais vazias, afinal de contas, estendem-se paras os shows, as peças teatrais e a programação infantil – e, nesse caso, não há concorrência direta de Netflix ou Disney+. Dentre as pessoas sondadas pela pesquisa, 80% disseram ter ouvido música *online* no último ano. Apenas 18% foram ver uma peça de teatro ou um show ao vivo.

Também registraram queda, em relação ao período pré-pandêmico, os espetáculos infantis (de 23% para 18%), as aulas e oficinas de arte (de 21% para 10%) e a visitação a exposições e museus (de 11% para 8%). Mais contundente ainda é o dado sobre leitura: 11% foram a bibliotecas no último ano ante 41% que declararam ter ido a esses espaços antes de 2020.

Curiosamente, porém, no caso de shows musicais, por exemplo, 72% dos entrevistados disseram que, tendo a opção entre o *online* e o presencial, dariam preferência à experiência presencial. E a atividade citada como aquela da qual as pessoas mais sentem saudade é o cinema.

Essa intenção e esse sentimento tornam inevitáveis as especulações em torno das razões para o comportamento que a pesquisa captura tão bem. A comodidade e a flexibilidade de horário são apontadas como as principais razões de escolha pelos eventos *online* – com 27% das respostas. Os receios ligados à saúde foram citados por 12% dos entrevistados.

> A flexibilidade e a comodidade são as principais razões para a escolha pelo ambiente virtual

O consumo cultural *online*, além de tudo, permite o acesso para muitos que, distantes dos grandes centros, tinham ofertas muito limitadas. Eduardo Saron, diretor do Itaú Cultural, diz que a instituição recebe mensagens de gente de vários lugares do Brasil com pedidos para que o virtual não deixe de ser disponibilizado.

"O desafio é a gente tornar também a experiência do virtual transformadora", diz Saron. "Se, durante a pandemia, as pessoas tinham tolerância maior para uma falha de som, uma falha técnica, hoje o público busca experiências mais qualificadas."

Ao mesmo tempo que o virtual significa, em muitos casos, a democratização do acesso e que sua expansão é apenas um espelho da nossa vida entre telas, não se

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO/GOVSP E 02 FILMES/GLOBO FILMES

pode desconsiderar o lado negativo dessa migração abrupta. Por que o retorno do público tem se dado de forma tão lenta?

Em primeiro lugar, a pesquisa não está descolada do todo do País, marcado neste momento pela crise econômica e pela falta de uma política nacional de cultura. Durante a apresentação da pesquisa para jornalistas, Saron chamou atenção para o fato de que, no caso das mulheres, o índice de diminuição da frequência a atividades culturais é ainda maior, de 67%.

"Com as escolas fechadas, as mulheres foram as que mais tiveram de ficar em casa. A ausência da escola pública nos lares brasileiros é uma das hipóteses que levanto para explicar esse dado relativo às mulheres", afirmou. "Ter mais trabalho com carteira assinada te permite obter mais tempo livre. Quando não tem trabalho, você faz mais bicos e tem menos tempo de lazer."

Outro dado que contribui para um entendimento mais aprofundado a respeito do consumo é aquele sobre o gasto efetivo das pessoas com cultura. Os brasileiros despendem, em média, 178 reais mensais com atividades culturais presenciais – e metade da população não gasta nada (*ver quadro na pág. ao lado*). E essa despesa inexiste nas classes D e E.

Chama, por fim, atenção o fato de a cultura ser a terceira atividade entendida pelos entrevistados como benéfica para o bem-estar geral (*ver quadro à esq.*).

Fica como nota de esperança o registro de que a maioria das pessoas diz ainda querer, sim, ir ao cinema, a shows, a teatros e ler livros. Embora esse distanciamento entre desejo e prática possa ser minorado pelas políticas públicas, ele também precisa ser enfrentado por aqueles que, em seu dia a dia, criam e produzem cultura. •

Pós-Covid. O hábito que mais se perdeu foi o de ir ao cinema (*Marighella*, acima, foi o filme brasileiro mais visto em 2021). As bibliotecas também ficaram esvaziadas

O QUE MAIS GERA BEM-ESTAR PARA OS BRASILEIROS

Esportes e diversão aparecem à frente das opções culturais

Atividade	%
Praticar atividades físicas	57%
Outros tipos de lazer (praia, parque, piscina etc.)	35%
Participar de atividades culturais	28%
Participar de confraternizaçõs sociais	23%
Trabalhar ou participar de reuniões profissionais	12%
Fazer compras	7 %
Participar de atividades culturais	6 %
Ir a restaurantes	6 %
Ir a bares	5 %
Estudar e fazer cursos	5 %

Fonte: Itaú Cultural e DataFolha

No convés do Brasil Império

CINEMA *A Viagem de Pedro* tira o pó da história, mas mantém, da travessia de Dom Pedro I, a sensação de náusea

A *Viagem de Pedro*, em cartaz no cinema desde a quinta-feira 1º, começa onde *Independência ou Morte* (1972) termina. O Dom Pedro I vivido por Tarcísio Meira (1935-2021) saía de cena despedindo-se do filho. O Dom Pedro I vivido por Cauã Reymond, 50 anos depois, entra em cena dizendo adeus a um desamparado garoto de 5 anos.

O longa-metragem dirigido por Laís Bodanzky, a convite de Reymond, faz a travessia que o velho sucesso cinematográfico do diretor Carlos Coimbra (1925-2007) não contemplou: o retorno do ex-imperador a Portugal, em 1831, oito anos após a proclamação da Independência.

Se a estampa de galã do personagem se mantém intacta, o mesmo não se pode dizer de sua alma. Enquanto Tarcísio deu vida a um homem forte, boêmio e mulherengo, Cauã encarna um homem mulherengo, sim, mas perturbado e fragilizado.

"Não faria sentido reiterar o imaginário desse personagem como um herói ou como um cara chulo, uma caricatura de um mulherengo e de um ignorante", diz a realizadora. "Os dois lados são ruins, porque ele não era nem uma coisa nem outra."

Projeto ambicioso, tanto no tamanho da produção quanto na busca de uma nova abordagem da história, *A Viagem de Pedro*, curiosamente, estabelece um sutil diálogo com o pequeno primeiro longa-metragem de Laís, *Bicho de Sete Cabeças* (2000). Em ambos os roteiros, a loucura, ou o espelhamento entre aquilo que sentimos e aquilo que os outros nos dizem sobre nós, está sempre à espreita.

"Faço um cinema de personagens, mais do que de fatos", diz Laís, resumindo, de alguma forma, as ficções que dirigiu. "Me sinto à vontade falando sobre o universo íntimo das pessoas: suas angústias, suas escolhas, suas culpas. Trouxe minha

No set. Sérgio Laurentino (*à esq.*), do Bando de Teatro Olodum, é um dos integrantes do potente elenco negro do quinto longa-metragem dirigido por Laís Bodanzky (*acima*)

ALEXANDRA SILVA E FÁBIO BRAGA/BIÔNICA FILMES/BURITI FILMES

forma de fazer cinema para esse personagem. Só que ele é bem complexo e, ainda por cima, é de outra época."

Não menos complexa do que a figura de Dom Pedro I – que ainda alimenta o imaginário de uma direita literalmente desejosa de seu coração – era, no projeto, a própria natureza das filmagens.

A trama se passa no meio do Oceano Atlântico, dentro de uma fragata na qual membros da Corte, oficiais, serviçais e negros escravizados ou libertos, sob o balanço nauseante da maresia, vivem conflitos, experimentam o desejo e praticam a fé.

Nessa embarcação se passam os grandes momentos do filme, sempre entremeados por cenas em *flashback*, nas quais Pedro revê a infância, o casamento com Leopoldina, o romance com Domitila de Castro e imagina discussões com o irmão.

"Do ponto de vista da logística de filmagem, foi, sem dúvida, meu filme mais difícil", atalha Laís, antes de iniciar a descrição de sua aventura internacional.

Coproduzido por Brasil e Portugal, *A Viagem de Pedro* foi filmado no Palácio Nacional de Queluz, a caminho de Sintra, no Palácio Nacional da Ajuda, em Lisboa, na Ilha do Faial, nos Açores, no mar brasileiro, entre Salvador e Niterói, e na cidade de Rio das Flores, no interior do Rio de Janeiro, quase divisa com Minas Gerais.

A travessia entre a Bahia e o Rio foi feita ao longo de cinco dias no navio-veleiro Cisne Branco, da Marinha. "Essa filmagem foi quase um documentário", define a diretora. "A embarcação tinha de funcionar normalmente e sobravam 18 lugares para elenco, equipe de foto, de som, de arte, de figurino, maquiagem, assistência de direção, produção. É na contramão do que se imagina para uma superprodução, né?"

A embarcação que se vê em cena é a soma do Cisne Branco com uma reprodução, em estúdio, da fragata a vela hoje ancorada em Lisboa como um barco-museu.

"A inspiração dos corredores apertados, com pouca luz, da cozinha aberta, as redes penduradas e dos vários andares que reproduzem a hierarquia das classes sociais veio dessa fragata", conta a diretora. Foram montados, ao todo, sete cenários. Alguns deles eram pendurados no teto, com elásticos, para balançar. "Muitas vezes, o *take* dava errado porque os atores, de fato, caíam com o balanço do cenário."

> "Muitas vezes, o *take* dava errado porque os atores, de fato, caíam com o balanço do cenário", diz Laís

Para reproduzir a tempestade, a equipe instalou, na base da Marinha, em Niterói, tonéis de água. "A gente tinha quatro ondas!", rememora Laís, rindo. "A gente não podia errar. Era uma superprodução, mas o dinheiro era curto para aquilo que a gente se propôs a fazer. Não é *Titanic*, né? A gente estudou o *making of* de várias produções de barco e eu falava: quem me dera ter aquela estrutura."

O que ficou na tela é, contudo, grandioso e impactante. A reconstituição histórica, feita não apenas por meio de objetos e figurino, mas pelos próprios modos de interpretação, transporta o espectador para um ambiente que nos oferece uma iconografia original de uma época que, por décadas e décadas, foi retratada de forma oficial e romantizada.

Em termos de representação – um tema incontornável em 2022 –, é especialmente forte, no filme, a presença do elenco negro, que contempla atores do Congo, de Moçambique, da Guiné e do Brasil. "Essa mistura foi importante para tentar reproduzir a diversidade cultural e religiosa dos negros que vieram para o Brasil, arrancados de suas comunidades", diz Laís. "Eu queria um elenco que nos ajudasse a reconstituir quem eram aquelas pessoas. Até porque essa diversidade espelha o Brasil de hoje."

Ao rever o passado com o olhar do presente, marcado pelas questões de gênero, raça e representatividade, Laís Bodanzky tira o pó da história. Enquanto *Independência ou Morte*, abraçado pela ditadura militar na festa dos 150 anos da Independência, celebrava nossa suposta força, *A Viagem de Pedro*, lançado às vésperas dos 200 anos, mantém, da travessia original, a sensação de náusea. •

– Por Ana Paula Sousa

Para exorcizar o *apartheid*

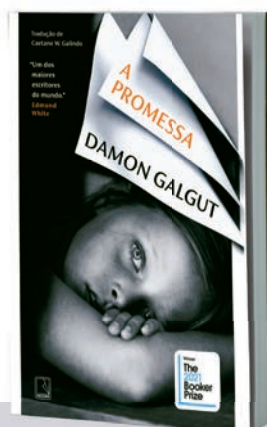
The Observer No romance *A Promessa*, vencedor do Booker Prize em 2021, o escritor Damon Galgut percorre quatro décadas de história da África do Sul

POR HEPHZIBAH ANDERSON

O romancista e dramaturgo Damon Galgut, de 58 anos, cresceu em Pretória, na África do Sul, no auge do *apartheid*. Escreveu seu primeiro romance aos 17 anos e foi duas vezes pré-selecionado para o Booker Prize antes de vencê-lo, no ano passado, com A *Promessa*.

O livro, lançado no mercado de língua inglesa em 2021 e agora traduzido para o português, abrange quatro décadas tumultuadas – de 1986 a 2018 – no país. A trama acompanha o desejo de uma matriarca branca de legar sua propriedade a um empregado negro.

Galgut mora na Cidade do Cabo e, antes de ganhar o Booker, afirmara que mesmo as duas indicações, por *O Bom Médico* (Companhia das Letras, 2003) e *Em Um Quarto Estranho* (Record, 2010), foram suficientes para mudar suas "perspectivas de uma maneira que quase nada mais poderia ter feito".

The Observer: Como surgiu *A Promessa*?
Damon Galgut: Os livros tendem a se formar a partir de grupos de ideias ou temas que você carrega por um tempo e com os quais se preocupa. A forma específica desse livro cristalizou-se em torno de uma série de anedotas que um amigo me contou enquanto almoçávamos, meio embriagados, sobre quatro funerais familiares a que ele compareceu. Ocorreu-me que seria uma maneira interessante de contar a história de uma determinada família. A ideia da promessa veio de outro amigo, que me contou que sua mãe havia pedido à família que desse um pedaço de terra à mulher negra que cuidou dela em sua doença final, como acontece no livro.

A PROMESSA

Damon Galgut. Tradução: Caetano W. Galindo. Editora Record (308 págs., 69,90 reais)

TO: Por que ambientá-lo em Pretória?
DG: Foi uma maneira de exorcizar um pouco a minha criação. Pretória, nas décadas de 1960, 1970 e 1980, não era um ótimo lugar para se crescer, mesmo pelos padrões sul-africanos. Era o centro nervoso de toda a máquina do *apartheid* e tinha uma mentalidade cristã conservadora correspondente, ao lado de uma violência subjacente muito marcante.

TO: Os Swart, a família de *A Promessa*, são inspirados em sua própria família?
DG: Não especificamente, embora pequenas anedotas estejam misturadas lá, e haja um lado judaico na minha família, um lado calvinista africâner. Você não pode realmente evocar personagens sem se basear em algum aspecto de si. Então, tudo isso, de alguma forma, é um reflexo da minha própria natureza.

TO: O romance tem um estilo narrativo distinto de seus outros livros. Como isso evoluiu?
DG: Comecei e não fiquei contente. No meio do caminho, me envolvi na escrita de um roteiro de filme, o que, na verdade, teve um efeito formativo, porque, quando voltei ao livro, ele me pareceu muito sério. E eu vi uma maneira de inserir um pouco da lógica narrativa do filme. A personalidade do narrador também se move. Esse é um elemento que espero que leve o leitor a se perguntar: quem está contando a história? E o fato de que essa questão é levantada talvez seja seu único ponto de interesse.

TO: O que o fez ser um escritor?
DG: Há uma forte corrente jurídica na minha família, e havia certa pressão para eu seguir esse caminho. Mas escrever é, basicamente, o que eu sempre quis fazer. Tive linfoma quando criança e, nessa época, muitos parentes liam para mim. Aprendi a associar livros e histórias a um certo tipo de atenção e conforto.

TO: Como o senhor lidou com as

Galgut escreveu seu primeiro romance aos 17 anos

DAVID PARRY/TBP

expectativas de engajamento político decorrentes de ser um escritor sul-africano?

DG: Os críticos do meu trabalho inicial assumiram o tom de que eu era um filho do privilégio e tinha o luxo de ignorar onde estava a África do Sul. Lembro-me de ter ficado muito incomodado com isso, porque, de alguma forma, eu sabia que era verdade. Os atrativos da ficção, para mim, não são apenas que ela ilumina a história, mas que pode dizer como é ser um ser humano dentro da história, então é um desafio tentar direcionar a obra para o lugar certo.

TO: O senhor tem uma rotina de escrita rígida?

DG: Sou sem esperança, sou uma bagunça. Preciso chegar ao estágio em que estou suficientemente obcecado para que ele me chame logo e não me deixe ir. Eu chego lá, eventualmente, mas leva muito tempo. Quando estou com um primeiro rascunho e tudo escuro – tenho a sensação de uma forma na lama, que estou tentando puxar –, prefiro fazer qualquer coisa a escrever. Isso tende a ser bom para as tarefas domésticas.

TO: Ouvi dizer que escreve à mão.

DG: Tenho certo fetiche por papelaria. Tenho uma caneta-tinteiro com a qual trabalho desde os 20 anos – é uma Parker, tartaruga. Esses cadernos vermelhos que são padrão na Índia, por algum motivo, excitam minha sensibilidade de papelaria, e eu os preencho com começos quase inúteis. Ocasionalmente, uma ideia pega fogo. Depois de dois rascunhos inteiros, me sento para colocá-los no computador.

TO: Qual é o aspecto mais prazeroso da escrita?

DG: Às vezes, você tem a sensação de que abriu uma porta e uma história estava lá, se você puder segui-la frase por frase. Mas, na maioria das vezes, o verdadeiro prazer só vem no final, quando você está juntando tudo e há cada vez mais clareza.

TO: Qual foi o último livro realmente bom que o senhor leu?

DG: *Lincoln no Limbo,* de George Saunders, é o último livro que realmente me fez sentir como se tivesse me arrancado as calças. Achei tão incomum e radical em sua inspiração... Quem pensaria num livro assim?

TO: Quais escritores vivos o senhor mais admira?

DG: Certa vez, fiz uma peregrinação à casa de Cormac McCarthy, em El Paso. Foi antes de *Todos os Belos Cavalos* sair, e ele era tão pouco famoso que nem as senhoras da biblioteca pública de El Paso sabiam quem era. Não tive coragem de bater à porta dele. Lutei comigo mesmo, mas pensei: preferia ter a lembrança de estar sentado do lado de fora da casa de Cormac McCarthy ou a lembrança de ser expulso por ele de sua porta? •

Tradução: Luiz Roberto Mendes Gonçalves

Flores no asfalto

▸ Apesar do ritmo insano dos calendários, o futebol mostra sua criatividade em atuações como a do Manchester United e do jovem brasileiro Endrick

Em meio aos mil campeonatos, copas e torneios em curso, alguns clubes tratam de tentar escapar do rebaixamento, enquanto outros lutam para subir de divisão ou buscam a classificação para uma ou outra disputa.

Quanto às nossas eleições a dificuldade é de esclarecer a população, no pouco tempo que nos resta, de que não se trata de mais uma briga de torcidas em uma rinha de galos.

Quem luta pela sobrevivência num cotidiano duro, não tem muito tempo para pensar em prazo mais longo, e as eleições são mesmo um jogo no qual estão em disputa também os interesses mais diretos que cada candidato aos cargos majoritários representa.

Parece que, nestes tempos de comunicação acelerada pelas diversas mídias existentes, as pessoas têm se dado conta da importância das Assembleias Legislativas, do Congresso Nacional, com seus deputados e senadores, e até mesmo dos vereadores. Infelizmente, porém, a oferta de candidatos minoritários anda dolorosa nos programas eleitorais.

É fundamental, em um momento como este, esclarecer o que os candidatos representam e o que está por trás das intenções deles.

Enquanto um dos candidatos não foi um militar expressivo nem um político profícuo, Lula demonstrou sua capacidade, caminhando passo a passo na edificação de sua carreira. Entre derrotas e vitórias, e entre erros e acertos, sempre respeitou a democracia.

Bolsonaro, por sua vez, atua como um agente assumido da corrente conservadora. Com suas manifestações retrógradas, ele é pura cópia de seu ídolo Trump, de quem agora está órfão.

Em um cenário de crise econômica mundial, com uma guerra em curso e a polarização entre Ocidente e Oriente, o Brasil tem em Lula um representante genuíno de seu povo, com extraordinário e natural talento político e capacidade reconhecida de negociador – base dessa atividade chamada política. Ele próprio não se apresenta isento de imperfeições nem lança mão de crenças religiosas para se mostrar superior, infalível e divino.

E já que fui parar lá no alto, falando de divino, recoloco a bola no chão e volto ao meu assunto de sempre: esporte. Também no esporte a política se interpõe e os times, cada um a seu modo, tentam se contrapor às exigências do ritmo e dos princípios do neoliberalismo.

Em meio à velocidade mencionada no início deste texto, registro, no futebol, o alvissareiro desenvolvimento de um novo período de criatividade. Esse momento fica expresso no desempenho já louvado do Manchester City, inspirado pelo Guardiola e, entre nós, pelo desabrochar auspicioso do jovem palmeirense Endrick, no Brasileirão Sub-20.

Na segunda-feira 29, ele assinou uma obra de arte que não deixa dúvidas quanto ao alvorecer radiante do nosso futuro. Para a alegria dos torcedores, o jovem atleta, joia da base do Verdão paulistano, pode estar mais perto de fazer sua estreia na equipe principal.

O mesmo Palmeiras nos ofereceu, no sábado 27, no Maracanã, contra o Fluminense, pelo Brasileirão, um impressionante gol de bicicleta.

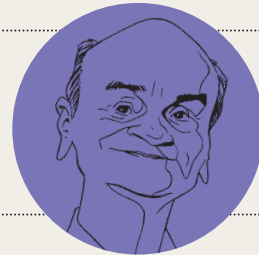
O dinamismo destes dias se faz notar ainda pela histórica goleada do Liverpool, por 9x0, no início do campeonato mais valorizado do momento, a Premier League. A partida foi contra o recém-promovido Bournemouth.

Um dos destaques individuais do time de Jurgen Klopp foi o atacante brasileiro Roberto Firmino. •

redacao@cartacapital.com.br

Base. O palmeirense Endrick empolga no Brasileirão Sub-20

BAPTISTÃO E FÁBIO MENOTTI/SOCIEDADE ESPORTIVA PALMEIRAS

DRAUZIO VARELLA

A aceleração da Monkeypox

▶ O novo vírus não é igual ao das epidemias de varíola do passado, mas é parente próximo. E se aprendemos uma lição naqueles tempos foi temer a velocidade da disseminação

A epidemia de Monkeypox é dinâmica. A doença ficou restrita a alguns países da África Central e do Oeste africano por décadas, sem que os serviços de saúde ocidentais levantassem uma palha.

Em maio deste ano, aconteceu o inevitável: surgiram doentes na Europa e nos Estados Unidos. Como costuma acontecer nas doenças epidêmicas, os primeiros eram viajantes infectados na África. Os que vieram em seguida contraíram o vírus em seus países.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no fim deste agosto já havia cerca de 40 mil casos, distribuídos em pelo menos 90 países. A rapidez da disseminação levou a OMS a considerar a Monkeypox um "alerta de saúde pública do nível mais alto".

Exagero? Claro que não. Esse vírus não é igual ao das epidemias de varíola do passado, mas é parente próximo. Se aprendemos uma lição naqueles tempos, foi temer a velocidade de disseminação dos Poxvírus. Quando a varíola batia às portas de uma cidade, quem tinha recursos fugia para longe.

Na região do Rio Negro, ouvi indígenas mais velhos contarem que, nos tempos da borracha, os brancos deixavam utensílios na floresta como parte da estratégia para lhes tomar as terras: facões, machados, caixas de fósforos, espelhos, roupas e cobertores de doentes que haviam morrido de varíola.

Como a antiga varíola, a atual se transmite pelo contato direto com as lesões da pele doente e pelas roupas de cama, toalhas e roupas de uso pessoal.

Veio como surpresa, desta vez, o contingente de homens que fazem sexo com homens, entre os infectados, número que nos Estados Unidos é da ordem de 99%. Prevalência dessa ordem faz pensar em infecção sexualmente transmissível, especialmente porque o vírus é detectado no sêmen, nas secreções respiratórias, vaginais e na urina. Ele pode atravessar a placenta e chegar ao feto.

A transmissão sexual, no entanto, ainda não está comprovada, uma vez que no ato íntimo há contato com as lesões porventura existentes na pele. Além do mais, há casos em mulheres e crianças pequenas.

Segundo o Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC), o período de incubação médio é de 7,6 dias. Até o 17º dia, 91% dos infectados já manifestaram os sintomas.

O quadro abre com sintomas gripais: febre, mal-estar, quebradeira no corpo, cefaleia, fadiga e linfonodos (gânglios) aumentados no pescoço, nas axilas e nas regiões inguinais. Em seguida, aparecem pequenas manchas na pele que se transformam em pápulas, depois em vesículas, em pústulas que formam cascas que secam, descamam e se despregam da pele.

Alguns pacientes apresentam dores fortes no reto, edema de pênis, inflamação na glande, dor de garganta, amígdalas inflamadas e dificuldade para engolir, sintomatologia sugestiva de transmissão sexual.

A maior série já publicada reuniu 528 participantes em 16 países, dos quais 98% eram homens que faziam sexo com homens. As lesões foram assim distribuídas: região anogenital (73%), tronco, braços e pernas (55%), face (25%), palma das mãos e plantas dos pés (10%). A maioria tinha menos de dez lesões. Em 10% havia uma lesão genital única.

A evolução é benigna. Foram documentadas apenas quatro mortes no mundo, sendo uma delas no Brasil. O diagnóstico é quase sempre clínico. Se houver necessidade de confirmação, o material deve ser colhido das feridas da pele, para ser submetido à técnica de PCR (como na Covid-19). A concentração de DNA viral é muito mais alta nas lesões do que nas secreções nasais.

Como o quadro regride espontaneamente depois de duas ou três semanas, apenas as pessoas com imunodepressão devem receber tratamento antiviral. O medicamento de escolha é o tecovirimat, apresentado em comprimidos e em ampolas para injeção intravenosa.

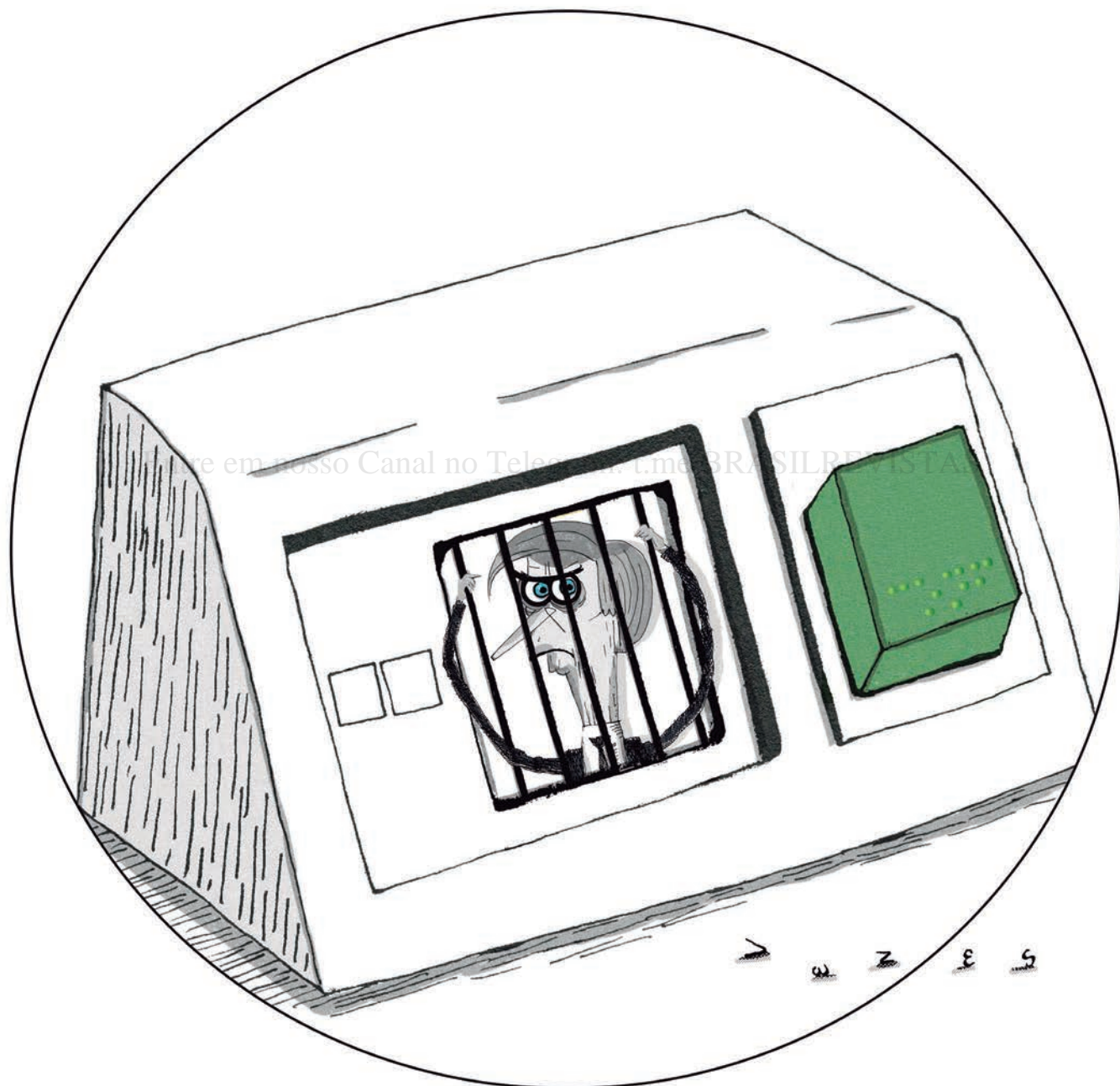
Há duas vacinas aprovadas pelo CDC e pela Agência Europeia de Medicamentos: a Jynneos e a ACAM2000. A primeira, que emprega duas doses do vírus da vaccinia atenuado, é indicada para a prevenção da varíola clássica e da Monkeypox. A outra emprega o mesmo vírus atenuado, mas em dose única.

As duas vacinas conferem 85% de proteção. Podem ser usadas até na pós-exposição, desde que administradas nos primeiros quatro dias. Se forem aplicadas entre o quarto e o 14º dia depois do contato, não chegam a prevenir a instalação da doença, mas diminuem a sintomatologia.

O grande problema com as vacinas é a dificuldade em encontrá-las no mercado internacional. •

redacao@cartacapital.com.br

BAPTISTÃO

URNOFOBIA

Webinar
Expressão e liberdade na democracia brasileira: desafios da era digital.

—

13/9 Online e gratuito

Como lidar com o impacto da tecnologia sobre as nossas vidas?

O império das Big Tech privatiza lucros e socializa prejuízos. Abriu caminho para o avanço das fake news, do discurso de ódio e do caos institucional, impondo desafios inéditos às democracias do mundo todo. No Brasil, o fenômeno também amplifica a violência política e as ameaças golpistas de Jair Bolsonaro.

Faltando menos de três meses para as eleições, como evitar que o necessário rigor da lei não descambe para afrontas à liberdade de expressão? CartaCapital une-se ao InternetLab em busca de respostas a este desafio mental, mas real.

Calendário do evento

Mesa 1

13.9.2022 - 10h: "Violência política: quais os pressupostos para a livre manifestação do pensamento nas redes?"
Moderação: Thais Reis Oliveira (CartaCapital)

Mesa 2

13.9.2022 - 18h: "Integridade das eleições e liberdade de manifestação do cidadão"
Moderação: Francisco Brito Cruz (InternetLab)

Participantes

Alana Rizzo
Líder de políticas públicas no Youtube Brasil

Bia Barbosa
Mestra em políticas públicas (FGV) e integrante da Coalizão Direitos na Rede

Fernanda Martins
Antropóloga, diretora do InternetLab

Jamile Coelho
Desembargadora eleitoral do TRE-AL

João Brant
Pesquisador em políticas de comunicação e cultura. Coordenador do site desinformante

Natália Paiva
Head de políticas públicas do Instagram na América Latina

Paulo René Santarém
Pesquisador no Instituto de Referência em Internet e Sociedade e Diretor do Aqualtune LAB

Silvana Batini
Doutora em Direito Público e Procuradora

Faça a sua inscrição no *site*:
dialogoscapitais.com.br

Apoio:

Parceiro: